



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS - 2015

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT - PMDB - PRB - PCdoB - PTdoB - PROS - PR)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Cristiano Silveira Deputado Doutor Jean Freire Deputado Emidinho Madeira Deputado Mario Henrique Caixa Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV - PSB - PTN - PMN - PEN - PTC - PHS - PPS - PSC - PSD)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Douglas Melo Deputado Glaycon Franco Deputado Roberto Andrade Deputado Thiago Cota Deputado Wander Borges

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB - PTB - PDT - PP - DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vítor Xavier Deputado Neilando Pimenta

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares



LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Léo Portela

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	Vice- Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG
Deputado João Leite	PSDB - BVC
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	Presidente
Deputado João Alberto	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	



Deputado Isauro Calais PMN - BCMG
Deputado Cristiano Silveira PT - BMM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Celise Laviola PMDB - BMM
Deputado Durval Ângelo PT - BMM
Deputado Sargento Rodrigues PDT - BVC
Deputado Felipe Attiê PP - BVC
Deputado Fabiano Tolentino PV - BCMG
Deputado Agostinho Patrus Filho PPS - BCMG
Deputado Ivair Nogueira PMDB - BMM

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quarta-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco PTdoB - BMM Presidente
Deputada Cristina Corrêa PT - BMM Vice-Presidente
Deputado Wander Borges PSB - BCMG
Deputada Ione Pinheiro DEM - BVC
Deputado Thiago Cota PPS - BCMG

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Jean Freire PT - BMM
Deputado Elismar Prado PT - BMM
Deputada Arlete Magalhães PTN - BCMG
Deputado Arlen Santiago PTB - BVC
Deputado Glaycon Franco PTN - BCMG

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado PT - BMM Presidente
Deputado Roberto Andrade PTN - BCMG Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior PSC - BCMG
Deputado Sargento Rodrigues PDT - BVC
Deputado Douglas Melo PSC - BCMG

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonídio Bouças PMDB - BMM
Deputado Anselmo José Domingos PTC - BCMG
Deputado Tony Carlos PMDB - BMM
Deputado João Vitor Xavier PSDB - BVC
Deputado Fred Costa PEN - BCMG

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir PSD - BCMG Presidente
Deputado Gustavo Corrêa DEM - BVC Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão PSDB - BVC
Deputado Elismar Prado PT - BMM
Deputado Arnaldo Silva PR - BMM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Jorge PPS - BCMG
Deputada Ione Pinheiro DEM - BVC
Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSDB - BVC



Deputada Rosângela Reis
Deputado Fábio Avelar Oliveira

PROS - BMM
PTdoB- BMM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cristiano Silveira
Deputado Durval Ângelo
Deputado Carlos Pimenta
Deputado Duarte Bechir
Deputado Paulo Lamac

PT - BMM
PT - BMM
PDT - BVC
PSD - BCMG
PT - BMM

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ricardo Faria
Deputado Emidinho Madeira
Deputado Missionário Márcio Santiago
Deputado Fábio Cherem
Deputado Cabo Júlio

PCdoB- BMM
PT doB- BMM
PTB- BVC
PSD - BCMG
PMDB - BMM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Lamac
Deputado Douglas Melo
Deputado Dalmo Ribeiro Silva
Deputado
Deputado Ivair Nogueira

PT - BMM
PSC - BCMG
PSDB - BVC
- BMM
PT - BMM

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Cristina Corrêa
Deputado Fred Costa
Deputada Ione Pinheiro
Deputado Cristiano Silveira
Deputada Arlete Magalhães

PT - BMM
PEN - BCMG
DEM - BVC
PT - BMM
PTN - BCMG

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Anselmo José Domingos
Deputado Mário Henrique Caixa
Deputado Antonio Lerin
Deputado Fábio Avelar Oliveira
Deputado João Vitor Xavier

PTC - BCMG
PCdoB - BMM
PSB - BCMG
PTdoB - BMM
PSDB - BVC

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Douglas Melo
Deputada Geisa Teixeira
Deputado Wander Borges
Deputado Gilberto Abramo
Deputado Gustavo Valadares

PSC - BCMG
PT - BMM
PSB - BCMG
PRB- BMM
PSDB - BVC

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM
Deputada Marília Campos	PT - BMM
Deputado Gil Pereira	PP - BVC
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC
Deputado Bosco	PTdoB - BMM

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira	PP - BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Marília Campos	PT - BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	



MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	
Deputado Nozinho	PDT - BVC	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB - BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Léo Portela	PR - BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PR - BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rogério Correia	PT - BMM
Deputado João Alberto	PMDB - BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM
Deputado Mário Henrique Caixa	PCdoB - BMM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG	
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mário Henrique Caixa	PCdoB - BMM
Deputado Bosco	PTdoB - BMM
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró Marra	PR - BMM	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	



MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Léo Portela	PR - BMM
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado	- BMM

COMISSÃO DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM
Ouvidor-Geral: Deputado	

SUMÁRIO

- 1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR**
- 2 - ATAS**
 - 2.1 - Reuniões de Comissões
- 3 - ORDENS DO DIA**
 - 3.1 - Plenário
 - 3.2 - Comissões
- 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 4.1 - Comissões
- 5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES**
- 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 8 - ERRATA**

**RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR****RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR**

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)
* Adalclever Lopes
Agostinho Célio Andrade Patrus (PV)
* Agostinho Patrus Filho
Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)
* Alencar da Silveira Jr.
Anselmo José Gomes Domingos (PTC)
* Anselmo José Domingos
Antônio Carlos Arantes (PSDB)
* Antônio Carlos Arantes
Antônio Carlos Silva Nunes (PMDB)
* Tony Carlos
Antônio dos Reis Gonçalves Lerin (PSB)
* Antonio Lerin
Antonio Jorge de Souza Marques
* Antonio Jorge (PPS)
Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)
* Arlen Santiago
Arlete Gonçalves Santos Magalhães (PTN)
* Arlete Magalhães
Arnaldo Silva Júnior (PR)
* Arnaldo Silva
Braulio José Tanus Braz (PTB)
* Braulio Braz
Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)
* Carlos Pimenta
Cassio Antonio Ferreira Soares (PSD)
* Cássio Soares
Celise Barreiros Laviola Cabral de Lira (PMDB)
* Celise Laviola
Cristiano Tadeu da Silveira (PT)
* Cristiano Silveira
Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)
* Dalmo Ribeiro Silva
Deiró Moreira Marra (PR)
* Deiró Marra
Dilzon Luiz de Melo (PTB)
* Dilzon Melo
Dirceu dos Santos Ribeiro (PHS)
* Dirceu Ribeiro
Durval Ângelo Andrade (PT)
* Durval Ângelo
Elismar Fernandes Prado (PT)
* Elismar Prado
Emidio Alves Madeira Junior (PTdoB)
* Emidinho Madeira
Fabiano Galletti Tolentino (PPS)
* Fabiano Tolentino
Fábio José de Oliveira (PTdoB)
* Fábio Avelar Oliveira
Felipe José Fonseca Attiê (PP)
* Felipe Attiê
Frederico Borges da Costa (PEN)
* Fred Costa
Geisa Gomes Pereira Teixeira (PT)
* Geisa Teixeira
Gilberto Aparecido Abramo (PRB)

* Gilberto Abramo
Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)
* Gil Pereira
Glycon Moreira Franco (PTN)
* Glaycon Franco
Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PSDB)
* Gustavo Valadares
Gustavo de Faria Dias Corrêa (DEM)
* Gustavo Corrêa
Hely Tarquínio (PV)
* Hely Tarquínio
Inácio Franco (PV)
* Inácio Franco
Ione Maria Pinheiro (DEM)
* Ione Pinheiro
Iran Almeida Barbosa (PMDB)
* Iran Barbosa
Isauro José de Calais Filho (PMN)
* Isauro Calais
Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)
* Ivair Nogueira
Jean Mark Freire Silva (PT)
* Doutor Jean Freire
Jeferson Douglas Soares Estanislau (PSC)
* Douglas Melo
João Alberto Paixão Lages (PMDB)
* João Alberto
João Bosco (PTdoB)
* Bosco
João Leite da Silva Neto (PSDB)
* João Leite
João Lúcio Magalhães Bifano (PMDB)
* João Magalhães
João Vítor Xavier Faustino (PSDB)
* João Vítor Xavier
José Bonifácio Mourão (PSDB)
* Bonifácio Mourão
José Célio de Alvarenga (PCdoB)
* Celinho do Sinttrocel
Júlio César Gomes dos Santos (PMDB)
* Cabo Júlio
Lafayette Luiz Doorgal de Andrada (PSDB)
* Lafayette de Andrada
Leandro Andrade Genaro Oliveira (PSB)
* Leandro Genaro
Leonardo Morreale Diniz Portela (PR)
* Léo Portela
Leonídio Henrique Correa Bouças (PMDB)
* Leonídio Bouças
Luiz Fábio Cherem (PSD)
* Fábio Cherem
Luiz Humberto Carneiro (PSDB)
* Luiz Humberto Carneiro
Márcio José Machado Oliveira (PTB)
* Missionário Márcio Santiago
Marília Aparecida Campos (PT)
* Marília Campos
Mário Henrique da Silva (PCdoB)
* Mário Henrique Caixa
Mirian Cristina Corrêa Alves (PT)
* Cristina Corrêa
Nacib Duarte Bechir (PSD)



* Duarte Bechir
Neilando Alves Pimenta (PP)
* Neilando Pimenta
Neivaldo de Lima Virgilio (PT)
* Professor Neivaldo
Noraldino Lucio Dias Júnior (PSC)
* Noraldino Júnior
Paulo Roberto Lamac Júnior (PT)
* Paulo Lamac
Raimundo Nonato de Barcelos (PDT)
* Nozinho
Ricardo Rocha de Faria (PCdoB)
* Ricardo Faria
Roberto Dias de Andrade (PTN)
* Roberto Andrade
Rogério Correia de Moura Baptista (PT)
* Rogério Correia
Rosângela de Oliveira Campos Reis (PROS)
* Rosângela Reis
Thiago Fellipe Motta Cota (PPS)
* Thiago Cota
Tiago Ulisses de Castro e Oliveira (PV)
* Tiago Ulisses
Tito Bruno Miranda Torres Duarte (PSDB)
* Tito Torres
Ulysses Gomes de Oliveira Neto (PT)
* Ulysses Gomes
Vanderlei Andrade Miranda (PMDB)
* Vanderlei Miranda
Wander José Goddard Borges (PSB)
* Wander Borges
Washington Fernando Rodrigues (PDT)
* Sargento Rodrigues
Wilson Roberto Batista (PSD)
* Doutor Wilson Batista

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

- Publicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

**ATAS****ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 4/2015, EM 3/3/2015**

Às 14h18min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Glaycon Franco, João Leite e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado João Leite, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão, que se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registra-se a candidatura dos deputados João Magalhães para presidente e Glaycon Franco para vice-presidente. Após votação nominal, são eleitos para presidente e vice-presidente, respectivamente, os deputados João Magalhães e Glaycon Franco, por unanimidade. O presidente *ad hoc* proclama o resultado da eleição e declara empossado como presidente o deputado João Magalhães, a quem passa a direção dos trabalhos. O presidente agradece os votos e a confiança nele depositada e declara empossado como vice-presidente o deputado Glaycon Franco. O presidente acusa o recebimento da Indicação nº 4/2015, em turno único, da qual designou como relator o deputado Bonifácio Mourão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

João Magalhães, presidente - Celise Laviola - Bonifácio Mourão.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE JORGE RAIMUNDO NAHAS PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA FHEMIG, EM 17/3/2015

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Agostinho Patrus Filho, Doutor Jean Freire, Ricardo Faria e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Carlos



Pimenta, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registra-se a candidatura dos deputados Wander Borges e Ricardo Faria para presidente e vice-presidente, respectivamente. Feita a votação pelo processo nominal, ambos são eleitos por unanimidade. O presidente *ad hoc*, deputado Carlos Pimenta, proclama o resultado da eleição, declara empossado como presidente o deputado Wander Borges, a quem passa a direção dos trabalhos. O presidente agradece os votos recebidos, declara empossado como vice-presidente o deputado Ricardo Faria e designa como relator o deputado Doutor Jean Freire. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2015.

Wander Borges, presidente - Doutor Jean Freire - Ricardo Faria.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/3/2015

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Bosco, Tony Carlos e Carlos Pimenta (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício dos Srs. Murilo Ferreira, diretor-presidente da Vale, e José Fernando Coura, presidente do Sindixtra, cumprimentando a presidência da comissão e desejando sucesso nos trabalhos. Registra-se a presença do deputado Glaycon Franco. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 601/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada visita à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - para discutir o acúmulo dos projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs - que, segundo o Tribunal de Contas da União, se encontram paralisados em razão de exigências de licenças ambientais para projetos com mais de um interessado, bem como os aumentos autorizados pela agência às concessionárias;

nº 602/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião para debater, com convidados, a situação que se encontra a Ruralminas e qual a programação para execução de pequenas e médias barragens já aprovadas ou projetadas por esse órgão;

nº 603/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente para debater, em audiência pública, a construção de barragens na região Norte de Minas paralisadas há anos em virtude de diversos entraves entre os quais os relacionados com licenciamentos ambientais;

nº 604/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informação sobre quantos e quais são os poços artesianos situados no Norte de Minas que estão inoperantes por falta de ligação de energia elétrica;

nº 607/2015, do deputado Tony Carlos, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, soluções para a extração de areia no Rio Grande, na região do Triângulo, com a presença dos extratores de areia, o Ministério Público Federal, a Cemig e o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 763/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja realizado debate público sobre o “futuro da atividade minerária no Estado de Minas Gerais e os impactos econômicos nos municípios mineradores”, considerando a realidade comercial da *commodity* no mercado mundial cujos preços sofreram quedas significativas que afetaram a atividade e provocaram a redução no volume de produção do bem, gerando impacto direto nas finanças do Estado e nos municípios mineradores;

nº 767/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a distribuição de *royalties* decorrentes da geração de energia elétrica por força hidráulica;

nº 769/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada visita à Copasa, com a presença da Copanor, para conhecer os planos, projetos e serviços previstos por essas empresas na gestão que se inicia;

nº 770/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada reunião para debater, com convidados, projetos de energia térmica com cavaco de madeira;

nº 771/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada reunião para debater, com convidados, a falta de políticas públicas associadas a incentivos fiscais, o que prejudica a ampliação da capacidade de geração de bioeletricidade no setor sucroalcooleiro;

nº 772/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, no Município de Montes Claros, a tarifa social e as bandeiras tarifárias cobradas pela Companhia Energética de Minas e Energia S.A. - Cemig.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2015.

Gil Pereira, presidente - Tito Torres - Glaycon Franco.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/3/2015

Às 10h31min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, Inácio Franco e Dilon Melo, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Ivair Nogueira. Havendo número regimental, o



presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 764/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizado debate público conjunto da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com a Comissão Extraordinária das Águas para discutir os “Desafios do gerenciamento e da utilização dos recursos hídricos em Minas Gerais”;

nº 765/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, em audiência pública, no Município de Confins, o assoreamento e poluição das Lagoas Central e Vargem Bonita, especialmente em razão da operação e das obras de ampliação do aeroporto Tancredo Neves;

nº 766/2015, da deputada Marília Campos e do deputado Ivair Nogueira, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, em audiência pública, a preservação e revitalização da Lagoa Vargem das Flores.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2015.

Cássio Soares, presidente - Marília Campos - Tiago Ulisses.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/3/2015

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e o deputado Duarte Bechir, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, João Leite, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, Wander Borges e Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita que os membros da comissão presentes a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater os reflexos da decisão do STF a respeito da Lei Complementar nº 100, de 2007, sobre o funcionamento das Apaes, tendo em vista a existência de servidores estaduais à disposição dessas entidades, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Tereza Feldner, procuradora jurídica da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais - Feapaes -, representando Eduardo Barbosa, presidente da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais - Feapaes; e Gilvane Aparecida Pinto, diretora executiva da Associação de Professores Públicos de Minas Gerais - APPMG -, representando Joana Darc Gontijo, presidente da Associação de Professores Públicos de Minas Gerais - APPMG; e os Srs. Rodrigo de Castro, deputado federal, Mário de Assis, presidente da Federação das Associações de Pais e Alunos das Escolas Públicas de Minas Gerais - Fapaemg; e Ailton Carlos Silva, diretor da Apae de Ibirité, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2015.

Duarte Bechir, presidente - Antônio Carlos Arantes - João Leite.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/3/2015

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fred Costa, Wander Borges e João Alberto (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação das lideranças do PT e do PMDB e representações partidárias do PCdoB, do PTdoB, do PR, do PRB e do Pros), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita aos membros da comissão presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater as condições de trânsito da MG-030 e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Odila de Matos, superintendente de Ação Regional da BHTrans, representando Patrícia Bretti, secretária municipal adjunta de Regulação Urbana em exercício; Valéria da Rocha, coordenadora de Meio Ambiente da Phoenix Mineração e Comércio; e os Srs. Célio Dantas de Brito, diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -; Major BM Farley Rocha Soares, subcomandante do 1º Batalhão de Bombeiros Militar, representando o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Ten. Luiz Eduardo Machado, representando o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; Walmir de Castro Braga, presidente da Frente de Associações e Condomínios do Vetor Sul; Thiago Lenoir Moreira, chefe de gabinete da Prefeitura de Rio Acima, representando o prefeito; Nilo Norden, diretor de Obras e Logística da Phoenix Mineração e Comércio; Guilherme Doval, gerente jurídico da Phoenix Mineração e Comércio; Humberto Lucchesi de Carvalho, membro titular do Conselho Deliberativo do Condomínio Vila Castela-MG; e Rodrigo Mendes Carneiro, criador do grupo do Whatsapp Vigilantes da MG-030, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Durante a exposição do Sr. Walmir de Castro Braga, este entrega ao presidente um CD contendo documentação referente à regularização do licenciamento da Mina Corumi. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas



taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2015.

Fred Costa, presidente - Wander Borges - Paulo Lamac.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE JORGE RAIMUNDO NAHAS PARA PRESIDENTE DA FHEMIG, EM 1º/4/2015

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Wander Borges, Ricardo Faria e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Glaycon Franco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Doutor Jean Freire, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. Jorge Raimundo Nahas, indicado ao cargo de presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig -, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o indicado e para proceder à sua arguição pública, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 1/2015 (relator: deputado Doutor Jean Freire). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2015.

Wander Borges, presidente - Ricardo Faria - Doutor Jean Freire.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/4/2015

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 200/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao comandante da 2ª Região da Polícia Militar de Betim pedido de informações sobre a quantidade de máquinas de caça-níquel apreendidas nos últimos 12 meses e sobre o número de Reds dessas apreensões. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 212/2015, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre a concessão do Sistema BRT-Move da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de envio de cópia do contrato da referida concessão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 2/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Célio Dantas de Brito para o cargo de diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 3/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Roberto do Nascimento Rodrigues para o cargo de presidente da Fundação João Pinheiro – FJP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 5/2015, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Evaldo Ferreira Vilela para o cargo de presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 6/2015, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 8/2015, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela



constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 15/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 8/2015, do Procurador-Geral de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 15/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 15/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 15/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para discutir a securitização agrícola.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 15/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 376/2015, do deputado Antônio Jorge.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 15/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 57/2015, do deputado Fred Costa e do deputado Noraldino Júnior.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 380/2015, do deputado Bosco; 382/2015, do deputado Nozinho.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para Turno Único dos Projetos de Lei nºs 19/2015, do deputado Inácio Franco; 401/2015, do deputado Fred Costa; e 421/2015, do deputado Fabiano Tolentino, e de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 5 e 141/2015, do deputado Fred Costa; 172/2015, do deputado Inácio Franco; 192/2015, do deputado Fred Costa; 277/2015, do deputado Inácio Franco; 313 e 354/2015, do deputado Fred Costa; 380/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, e 453/2015, do deputado Fred Costa, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2015, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Paulo Lamac, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 12/2015

**Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial
Relatório**

De autoria do deputado Paulo Lamac, o projeto de lei em análise, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.616/2014, visa declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares de Alvinópolis, com sede no Município de Alvinópolis.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em exame pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares de Alvinópolis, com sede no Município de Alvinópolis.

A associação foi fundada em 2011 para atuar na organização e na mobilização dos agricultores familiares, visando ao desenvolvimento social, econômico, cultural, ambiental e político das comunidades rurais da região do Município de Alvinópolis. Entre suas ações, destacam-se o incentivo às práticas agroecológicas, cooperativistas e agroindustriais para agregação de valor aos produtos da agricultura familiar; a promoção de atividades de educação, com ênfase nas técnicas e práticas da agricultura familiar; a implementação de projetos na área de infraestrutura básica: saúde, educação, cultura, lazer, esporte, turismo, moradia, meio ambiente e assistência social; e o combate à fome e à pobreza, promovendo a segurança alimentar e nutricional.

Pela importância do trabalho desenvolvido pela entidade em prol da agricultura familiar, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 12/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Emidinho Madeira, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 267/2015**Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial****Relatório**

De autoria do deputado Inácio Franco, o projeto de lei em análise, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.686/2014, visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Boqueirão Lugar Barra do Córrego, com sede no Município de Unaí.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 267/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Boqueirão Lugar Barra do Córrego, com sede no Município de Unaí.

Entre as finalidades da associação destacam-se o incentivo à produção e ao aumento da produtividade de produtos agropecuários; a capacitação de mão de obra rural e a promoção de exposições, feiras e leilões, colaborando, nessas realizações, com órgãos públicos e outras entidades de classe; a manutenção de serviços de comercialização de produtos agrícolas e pecuários e seus derivados. Além de contribuir para o aperfeiçoamento de leis e normas relacionadas com suas finalidades, a associação propõe-se a contribuir para a preservação da fauna e da flora, bem como a incentivar e promover técnicas de proteção ao meio ambiente.

Pela importância do trabalho voltado para a melhoria da produtividade numa região com reconhecida vocação agrícola e para a proteção do meio ambiente, consideramos meritória a iniciativa de outorgar a essa entidade o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 267/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Nozinho, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 273/2015**Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial****Relatório**

De autoria do deputado Tadeu Martins Leite, a proposição de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.677/2014, visa a declarar de utilidade pública a Associação Moradores Pequenos Produtores Rurais Cabeceira Ribeirãozinho, Melado e Varginha, com sede no Município de Josenópolis.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 273/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Moradores Pequenos Produtores Rurais Cabeceira Ribeirãozinho, Melado e Varginha, com sede no Município de Josenópolis, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a defesa dos direitos e interesses de seus associados.

Na consecução desse propósito, a associação busca priorizar todas as atividades e ações que valorizem a assistência social; promover o desenvolvimento comunitário por meio da realização de obras e melhoramentos na comunidade em que está inserida; proporcionar a melhoria do convívio entre os sócios, através de reuniões e atividades econômicas, culturais e esportivas. Além disso, promove a busca de recursos materiais e humanos na comunidade e fora dela para execução de atividades de interesse comunitário.

Tendo em vista o trabalho social desenvolvido em prol dos associados e da comunidade em que atua, consideramos meritória a iniciativa de outorgar a essa entidade o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 273/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Nozinho, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 432/2015**Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência****Relatório**

De autoria do deputado Wander Borges, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bonfim, com sede no Município de Bonfim.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 432/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bonfim, com sede no Município de Bonfim, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover e articular ações de defesa de direitos e ações de prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio à família.

Com esse propósito, a instituição objetiva promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bonfim, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 432/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Duarte Bechir, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 440/2015**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.700/2013, tem por objetivo instituir o Dia da Gestante.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/3/2015, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da matéria em seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 440/2015 tem como finalidade instituir o Dia da Gestante, a ser comemorado anualmente em 26 de fevereiro.

A matéria em análise foi examinada por esta comissão na legislatura passada, no exercício do controle preventivo de constitucionalidade. Sendo assim, passamos a reproduzir, nesta peça opinativa, a argumentação jurídica apresentada na ocasião.

A República Federativa do Brasil caracteriza-se essencialmente pela repartição de competências entre a União, os estados membros, o Distrito Federal e os municípios, todos dotados de autonomia política, administrativa e financeira, desfrutando de competência legislativa própria. À União compete legislar privativamente sobre as matérias em que predomina o interesse nacional, relacionadas no art. 22 da Constituição da República; e aos municípios, sobre assuntos de interesse local, conforme preceitua o art. 30, inciso I. A competência do estado membro está consagrada no § 1º do art. 25 da referida Carta, que lhe reserva as matérias que não se enquadram no campo privativo da União ou do município.

Tendo em vista os dispositivos mencionados, a instituição de data comemorativa pode ser objeto de disciplina jurídica por parte de quaisquer dos estados componentes do sistema federativo.

Ademais, o art. 66 da Carta Mineira, ao enumerar as matérias de iniciativa privativa da Mesa da Assembleia ou dos titulares dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, não faz menção àquela ora examinada. Infere-se, portanto, que a qualquer membro deste Parlamento é facultada a deflagração do processo legislativo no caso em análise.

Por fim, ressaltamos que, feito o exame pela admissibilidade da proposição, cabe à próxima comissão a análise relacionada ao mérito da matéria, aprofundando-se o estudo dos aspectos de oportunidade e adequação das medidas propostas pelo projeto.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 440/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Luiz Humberto Carneiro, relator - Antônio Jorge - Bonifácio Mourão - Isauro Calais.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 473/2015****Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Celinho do Sinttrocel, a proposição de lei em tela, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.633/2014, visa declarar de utilidade pública a Associação Tapajós, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 14/3/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 473/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Tapajós, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, nos §§ 1º e 3º do art. 8º, que as atividades de seus diretores, conselheiros, instituidores e associados não serão remuneradas, sendo-lhes vedado o recebimento de lucros, gratificações, bonificações, benefícios ou vantagens; e, no art. 28, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênera, juridicamente constituída e registrada na União dos Escoteiros do Brasil.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 473/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Luiz Humberto Carneiro, relator - Bonifácio Mourão - Isauro Calais.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 476/2015**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Wander Borges, a proposição em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 656/2011, tem por escopo instituir a Semana Estadual de Atenção à Saúde Masculina.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/3/2015, a matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, em cumprimento ao disposto nos arts. 188 e 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 476/2015 tem por finalidade instituir a Semana Estadual de Atenção à Saúde Masculina, a ser celebrada, anualmente, na segunda semana do mês de agosto.

De acordo com o art. 2º, a semana tem por diretrizes prestar esclarecimentos, divulgar relatórios e realizar palestras sobre as doenças que geralmente atingem a população masculina, especialmente as sexualmente transmissíveis e as relacionadas com sedentarismo e tabagismo.

A matéria em análise foi examinada por esta comissão na legislatura passada, no exercício do controle preventivo de constitucionalidade. Sendo assim, passamos a reproduzir, nesta peça opinativa, a argumentação jurídica apresentada na ocasião.

Na Constituição da República, o art. 22 enumera as matérias sobre as quais a competência de legislar está reservada privativamente à União; e o art. 30 indica aquelas que, por versarem sobre questões de interesse local, devem ser tratadas pelos municípios. Ao estado, segundo o § 1º do art. 25, ficam reservadas as competências que não lhes sejam vedadas.

Como a instituição de data comemorativa não se encontra relacionada pela Carta Magna entre as de iniciativa privativa da União ou do município, infere-se que cabe ao estado membro legislar sobre o assunto.

Com referência à Constituição Mineira, o art. 66, que enumera as matérias legislativas de iniciativa privativa da Mesa da Assembleia e dos titulares do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, não faz referência àquela consubstanciada na proposição sob comento. Portanto, a qualquer membro deste Parlamento é facultada a deflagração do processo legislativo nesse caso.

É necessário, entretanto, suprimir seu art. 3º, que determina a regulamentação da futura lei pelo Poder Executivo, decorrido o prazo de 60 dias a contar da data de sua publicação. Esse dispositivo é desnecessário, porque, de acordo com o inciso VII do art. 90 da Carta Mineira, compete privativamente ao governador expedir regulamentos para o cumprimento de novas leis. Em decorrência disso, apresentamos, ao final deste parecer, a Emenda nº 1, que suprime o art. 3º da proposição.

Por fim, ressaltamos que, feito o exame pela admissibilidade da proposição, cabe à próxima comissão a análise relacionada ao mérito da matéria, aprofundando-se o estudo dos aspectos de oportunidade e adequação das medidas propostas pelo projeto.

Conclusão

Em face do aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 476/2015 com a Emenda nº 1, redigida a seguir.

**EMENDA Nº 1**

Suprima-se o art. 3º.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Luiz Humberto Carneiro, relator - Antônio Jorge - Bonifácio Mourão - Isauro Calais.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 519/2015**Comissão de Constituição e Justiça
Relatório**

De autoria do deputado Gilberto Abramo, a proposição de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 816/2011, tem por objetivo instituir o Dia de Conscientização sobre o Vítigo.

A proposição foi publicada no *Diário do Legislativo* de 19/3/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da matéria quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, nos termos dos arts. 188 e 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 519/2015 pretende instituir o dia 1º de outubro como Dia de Conscientização sobre o Vítigo, ocasião em que o Estado promoverá eventos que visem combater o preconceito e a mitificação relacionados à doença. Prevê ainda que, incidindo a data em sábado ou domingo, tais eventos serão transferidos para a segunda-feira e determina que o Estado poderá buscar parcerias com entidades e profissionais multidisciplinares para a realização desses eventos.

De acordo com a Constituição da República, compete privativamente à União legislar sobre os assuntos de interesse nacional, elencados em seu art. 22; e aos municípios, o art. 30 reserva os assuntos de interesse local e a suplementação da legislação federal e estadual no que couber. Ao estado membro, o § 1º do art. 25 determina que competem as matérias que não estejam reservadas aos demais membros da Federação.

Como a instituição de data comemorativa não se encontra relacionada entre os temas reservados à União ou aos municípios, infere-se que o estado federado tem o poder de legislar a esse respeito.

Com referência à Constituição Mineira, o art. 66, que enumera as matérias legislativas de iniciativa privativa da Mesa da Assembleia e dos chefes do Executivo, do Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, não faz referência àquela consubstanciada na proposição sob comento, que, em vista disso, não apresenta vício quanto à iniciativa do processo legislativo.

Cabe ressaltar que o projeto de lei em análise, em seu art. 2º, autoriza o Estado a buscar parcerias com entidades, associações e profissionais para a realização dos eventos relacionados à data criada. Esse dispositivo trata de atividades que o Poder Executivo tem competência constitucional de realizar, conforme determina o inciso XVI do art. 90 da Carta Mineira. Para sanar essa impropriedade e adequar o texto à técnica legislativa, apresentamos o Substitutivo nº 1, redigido ao final deste parecer.

Por fim, ressaltamos que, feito o exame pela admissibilidade da proposição, cabe à próxima comissão a análise relacionada ao mérito da matéria, aprofundando-se o estudo dos aspectos de oportunidade e adequação das medidas propostas pelo projeto.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 519/2015 na forma do Substitutivo nº 1, redigido a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Institui o Dia de Conscientização sobre o Vítigo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Dia de Conscientização sobre o Vítigo, a ser realizado, anualmente, em 1º de outubro.

§ 1º - O dia instituído por esta lei tem como objetivo combater o preconceito e a mitificação suscitados por essa enfermidade.

§ 2º - Incidindo o dia 1º de outubro em sábado ou domingo, os eventos a serem realizados serão transferidos para o próximo dia útil.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Bonifácio Mourão, relator - Antônio Jorge - Isauro Calais - Luiz Humberto Carneiro.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 27/2015**Comissão de Constituição e Justiça
Relatório**

De autoria do deputado Doutor Wilson Batista, o projeto de lei em epígrafe, originário do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.710/2011, tem por objetivo instituir, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstrutiva de Mama.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 26/2/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, Saúde e Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Em cumprimento ao disposto no art. 173, § 2º do Regimento Interno, a esta proposição foi anexado o Projeto de Lei nº 524/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que contém objeto semelhante ao propugnado pela proposição em estudo.

Vem agora a esta comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.



Fundamentação

O Projeto de Lei nº 27/2015 pretende instituir o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama, destinado às mulheres que sofreram mutilação parcial ou total decorrente da utilização de técnicas aplicadas no tratamento do câncer da mama.

Nos termos do projeto, caberá ao Poder Executivo, mediante regulamento, implantar o programa em todas as suas etapas e especificações científicas, devendo ainda: definir o envolvimento de cada uma das unidades de saúde responsáveis pelo tratamento do câncer da mama; estabelecer quais hospitais da rede pública estadual de saúde estão aptos a acolher o programa; estabelecer os critérios e procedimentos relativos à inscrição da mulher interessada e ao prazo para o seu atendimento; consignar a possibilidade de escolha, pela mulher mastectomizada, da melhor técnica aplicada ao seu caso, segundo orientação médica, e obrigar os hospitais que fazem a mastectomia a oferecer o serviço de cirurgia plástica reconstructiva da mama.

Por fim, a proposição pretende autorizar o Poder Executivo a firmar convênios com entidades públicas ou privadas para a criação de um Centro de Estudos para o Aperfeiçoamento de Técnicas Cirúrgicas Aplicadas à Reconstituição Mamária com o objetivo de aperfeiçoamento das técnicas cirúrgicas existentes bem como de divulgação dos resultados científicos e práticos alcançados pelo programa.

Quando da tramitação do Projeto de Lei nº 2.710/2011, a proposição foi baixada em diligência à Secretaria de Estado de Saúde, a fim de que essa pasta se manifestasse sobre o seu conteúdo.

Em resposta, o mencionado órgão informou que a “plástica mamária reconstructiva já é um procedimento oferecido rotineiramente pelo SUS-MG e consta na tabela de procedimentos do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS com código 04.10.01.009-0”.

Por sua vez, o Projeto de Lei nº 524/2015, anexado ao projeto em tela propõe determinar que as unidades de saúde pública e conveniadas com o SUS-MG, em funcionamento no Estado, efetuem a cirurgia plástica reconstructiva nas mulheres que sofrerem mutilação total ou parcial da mama, decorrente da cirurgia de mastectomia para tratamento de câncer.

Propõe também que, sempre que houver condições técnicas, seja utilizada, salvo contra-indicação médica ou por opção da paciente, a técnica cirúrgica de reconstrução simultânea ou imediata da mama, a qual deve ser realizada no mesmo momento da mastectomia, incluindo os procedimentos na mama contralateral e as reconstruções do complexo aréolo-mamilar.

Em caso de impossibilidade da reconstrução imediata, a proposta determina que o médico responsável indique as razões técnicas que impossibilitaram a sua realização, devendo ser assegurado à paciente, imediatamente após alcançar as condições clínicas exigidas, o acesso à cirurgia reconstructiva.

Apresentada essa breve síntese, passamos a opinar sobre as proposições.

Inicialmente, é necessário destacar que as proposições tratam do tema proteção e defesa da saúde, matéria que se encontra no rol de competências legislativas concorrentes entre a União e os estados.

Sendo assim, cabe à União Federal editar as normas gerais e aos estados suplementá-las, exercendo a competência legislativa plena (supletiva) em caso de ausência de norma geral federal.

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, a matéria proteção e defesa da saúde não se encontra inserida no rol de competências privativas de determinado órgão ou agente político.

Quanto ao conteúdo das propostas, ressaltamos que o acesso à saúde é um direito social de todo cidadão (art. 6º da Constituição Federal), sendo um dever das três esferas federativas disponibilizar, de forma integrada, a infraestrutura necessária para o seu exercício (arts. 23, II, e 196 da Constituição Federal de 1988).

De forma a organizar e viabilizar esse direito, a Constituição Federal estabeleceu que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, fundamentado nos princípios da descentralização, com direção única em cada esfera de governo, atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e da participação da comunidade (art. 198 da Constituição Federal).

Nesse contexto, a cirurgia de reconstrução da mama, por se tratar de um procedimento cirúrgico indispensável para a manutenção da saúde da mulher, é um direito constitucional que deve ser a ela assegurado.

O legislador infraconstitucional, reconhecendo o referido direito e, conseqüentemente, o dever do Estado de garanti-lo, já editou a Lei Federal nº 9.797, de 6 de maio de 1999, estabelecendo a obrigatoriedade de as unidades integrantes do SUS, por meio de sua rede de unidades públicas ou privadas, prestar serviços de cirurgia plástica reparadora de mama.

Registre-se, por sinal, que recentemente a referida lei federal foi alterada pela Lei Federal nº 12.802, de 24 de abril de 2013, prevendo que, quando existirem condições técnicas, a reconstrução mamária será efetuada no mesmo tempo cirúrgico da mastectomia, ou, no caso de impossibilidade de reconstrução imediata, a paciente será encaminhada para acompanhamento e terá garantida a realização da cirurgia imediatamente após alcançar as condições clínicas exigidas.

Dessa forma, a medida pretendida pelo Projeto de Lei nº 27/2015 de instituir o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama, está em consonância com as normas nacionais do Sistema Único de Saúde, sem, contudo, trazer inovações no âmbito jurídico, uma vez que a obrigatoriedade da realização de cirurgia plástica reparadora já está prevista na Lei Federal nº 9.797, de 1999; contudo, embora essa lei federal já assegure à paciente o direito à reconstrução mamária por meio da utilização da técnica cirúrgica de reconstrução simultânea, o tema carece de regulamentação quanto ao aspecto da exigência de motivação por parte do médico quando da sua não realização, permitindo-se o futuro controle da legalidade do ato, donde o caráter inovador trazido pelo Projeto de Lei nº 524/2015.

Frise-se que este foi o entendimento desta Comissão de Constituição e Justiça quando da apreciação do Projeto de Lei nº 2.710/2011, concluindo pela apresentação de substitutivo com conteúdo idêntico ao constante no Projeto de Lei nº 524/2015. Isso significa que esta proposição já aborda a matéria de maneira completa, inovadora e compatível com o ordenamento jurídico, sendo, portanto, prescindível a aprovação do Projeto de Lei nº 27/2015.



Especificamente quanto ao art. 3º do Projeto de Lei 27/2015, o qual pretende autorizar o Poder Executivo a celebrar convênios com entidades públicas ou privadas de ensino superior visando ao aperfeiçoamento das técnicas cirúrgicas existentes, bem como à divulgação dos resultados científicos e práticos do programa de reconstrução mamária, registre-se que se trata de disposição desnecessária.

Isso porque, nos termos do entendimento do Supremo Tribunal Federal firmado quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 165, o princípio da separação dos Poderes confere autonomia ao Poder Executivo para a celebração de convênios, sendo desnecessária a autorização prévia ou a ratificação posterior da Assembleia Legislativa (ADI nº 165/MG; Relator Ministro Sepúlveda Pertence; DJ de 26/9/1997).

Por fim, quanto ao aspecto orçamentário-financeiro, registre-se que as propostas não trazem aumento de despesas já que o procedimento cirúrgico de reconstrução mamária simultânea já é assegurado pelo SUS, nos termos da Lei Federal nº 9.797, de 1999, com suas alterações trazidas pela Lei Federal nº 12.802, de 2013.

Sendo assim, de forma a adequar a proposição às questões anteriormente expostas, apresentamos o Substitutivo nº 1, que reproduz o conteúdo do Projeto de Lei nº 524/2015.

Fez-se necessário também retirar da proposição a exigência de que a justificativa da não realização simultânea da cirurgia reconstrutiva fosse externalizada em laudo médico, deixando em aberto a possibilidade de que os motivos justificadores sejam apresentados em qualquer outro documento público. Tal alteração se fez necessária para evitar questionamentos de que a proposição pretenda interferir na prática de atos médicos, adentrando a seara da regulamentação das profissões, matéria de competência privativa da União disposta no art. 22, XVI, da Constituição Federal.

Conclusão

Pelas razões expostas, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 27/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre a realização obrigatória da cirurgia plástica reconstrutiva da mama pelas unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS - na situação que menciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - As unidades estaduais integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS - ficam obrigadas, nos termos da Lei Federal nº 9.797, de 6 de maio de 1999, a realizar cirurgia plástica reconstrutiva da mama nas mulheres que foram submetidas a mastectomia total ou parcial de mama decorrente de tratamento de câncer.

Art. 2º - Quando existirem condições técnicas e clínicas favoráveis, atestadas em laudo médico, a cirurgia plástica reconstrutiva de mama, bem como os procedimentos em mama contralateral e as reparações do complexo aréolo-mamilar, será efetuada, mediante autorização expressa da paciente, no mesmo ato cirúrgico da mastectomia total ou parcial de mama.

Parágrafo único - No caso de a cirurgia plástica reconstrutiva da mama não ser realizada no mesmo ato cirúrgico da mastectomia, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - o médico responsável pela mastectomia apresentará, por escrito, os motivos para a não realização da cirurgia plástica reconstrutiva;

II - a paciente será encaminhada para acompanhamento clínico e, atestadas as condições técnicas e clínicas, terá garantida a realização da cirurgia plástica reconstrutiva.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - João Alberto, relator - Antônio Jorge - Bonifácio Mourão - Isauro Calais - Luiz Humberto Carneiro.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 357/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O projeto de lei em análise, de autoria do deputado Fred Costa, “dispõe sobre o repasse de informação pelos sistemas de proteção ao crédito”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 13/3/2015, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a esta comissão, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno, examinar a juridicidade, a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

Fundamentação

A matéria constante do projeto em análise já foi objeto de estudo desta comissão quando da tramitação do Projeto de Lei nº 477/2003, que veio a ser repetido em legislaturas posteriores sob o nº 3.614/2009 e nº 1.113/2011.

Como não ocorreu alteração de ordem constitucional ou legal que propiciasse um novo entendimento sobre a matéria, acolhemos a argumentação constante do parecer exarado pelo relator em 2011.

A medida pretendida visa a limitar o repasse, por parte dos bancos de dados de caráter público, de informações acerca de consultas relativas a consumidores interessados em obter crédito no mercado.

Infere-se do projeto em análise que o consumidor tem sido prejudicado ao adquirir bens ou obter financiamentos em diferentes empresas, pelo fato de cada aquisição ou empréstimo gerar consultas, pelas credoras, aos serviços de proteção ao crédito. Quando se



atinge determinado número de consultas sobre o consumidor, seu nome acaba sendo 'negativado' pelos bancos de dados, o que tem ocasionado a negação de crédito por parte das empresas a consumidores em cujo cadastro não consta nenhuma restrição

A matéria de que trata a proposição diz respeito à relação de consumo, inserida, portanto, no campo da legislação concorrente do Estado Federado (art. 24 da Constituição da República). Não há, na legislação federal aplicável à espécie, nenhum dispositivo que entre em conflito com o texto do projeto ora analisado, o que legitima a ação do Estado de editar norma que regulamente, também, a matéria por via da denominada competência residual. Mesmo diante das inúmeras limitações previstas no art. 43 da Lei Federal nº 8.078, de 11/9/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), ainda há uma lacuna a ser preenchida pelas legislações estaduais.

Não existe, além disso, nenhuma restrição a que se instaure o processo legislativo por iniciativa parlamentar, uma vez que a matéria não se insere entre aquelas arroladas no art. 66 da Constituição mineira.

Apenas a título de ilustração, convém lembrar que foi editada a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a banco de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, que se tornou conhecido como "cadastro positivo de consumidores" em contraponto aos bancos de dados como SPC e Serasa, conhecidos como "cadastros negativos".

A mencionada norma jurídica refere-se à instituição de um cadastro positivo de crédito e prevê em seu art. 7º, incisos I e II, a possibilidade da disponibilização das informações apenas e exclusivamente para análise de risco de crédito e realização de venda a prazo ou outra transação que implique risco financeiro para a instituição.

Assim, não havendo óbice a que este parlamento aprecie a matéria objeto do projeto em estudo e sendo o consumidor parte vulnerável nas relações contratuais no mercado, como afirma o próprio Código de Proteção e Defesa do Consumidor no seu art. 4º, inciso I, entendemos que a proposição merece prosperar nesta Casa Legislativa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 357/2015.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente e relator - Bonifácio Mourão - Isauro Calais - Luiz Humberto Carneiro.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 551/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O projeto de lei em análise, de autoria do deputado Fred Costa, decorrente do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.131/2011, dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados na exibição de filmes em terceira dimensão - 3D -, na forma que especifica.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 20/3/2015, foi distribuído para as Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Vem agora o projeto a esta comissão, para receber parecer quanto aos aspectos de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em estudo obriga os cinemas e os demais estabelecimentos que exibem filmes em terceira dimensão - 3D - a promover a higienização dos óculos acessórios disponibilizados aos espectadores.

Primeiramente, cabe-nos esclarecer que, em obediência ao Regimento Interno, esta comissão, em sua esfera de competência, aprecia a proposição exclusivamente sob o aspecto jurídico-constitucional, cabendo a avaliação da conveniência e da oportunidade da matéria às comissões de mérito.

Ressaltamos que a matéria já havia sido submetida ao crivo desta Comissão de Constituição e Justiça quando da tramitação do Projeto de Lei nº 2.131/2011, na legislatura anterior. Por não haver qualquer alteração no ordenamento jurídico que justifique analisá-la sob um prisma diferente, mantivemos o entendimento anterior, que passamos a reproduzir.

"A proposta em tela pretende implantar mecanismos para proteção da saúde do consumidor, uma vez que o uso dos óculos em questão sem a devida higienização pode transmitir doenças, como ressaltado na justificativa do projeto.

A adoção da medida proposta evitaria riscos desnecessários, e, ademais, encontra-se em consonância com o ordenamento jurídico pátrio, como veremos a seguir.

Segundo dispõe o art. 196 da Constituição da República, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Nesse contexto, foi instituído o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais, por meio da Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999, que estabelece normas para a promoção e a proteção da saúde no Estado e define a competência deste no que se refere ao Sistema Único de Saúde.

Segundo orientação constante na referida norma jurídica, toda matéria que, direta ou indiretamente, relaciona-se com a promoção e a proteção da saúde, deve ser objeto de regulamentação e fiscalização por parte do poder público.

O Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, por seu turno, ao instituir a Política Nacional de Relações de Consumo, adota como objetivos básicos o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos e a melhoria de sua qualidade de vida.

A competência para legislar sobre proteção à saúde e ao consumidor é concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme preconiza o art. 24, V e VIII, da Carta da República.



Não existe, além disso, nenhuma restrição a que se instaure o processo legislativo por iniciativa parlamentar, uma vez que a matéria não se insere entre aquelas arroladas no art. 66 da Constituição mineira.

Assim, não havendo óbice a que este parlamento aprecie a matéria objeto do projeto em estudo e sendo o consumidor parte vulnerável nas relações contratuais no mercado, como afirma o próprio Código de Proteção e Defesa do Consumidor no seu art. 4º, inciso I, entendemos que a proposição merece prosperar nesta Casa Legislativa.

No entanto, entendemos que o projeto merece reparos. A proposição contém pormenores que não cabem em um ato legal, como, por exemplo, o método utilizado para a embalagem dos óculos em questão, prescrevendo a utilização de plástico estéril com fechamento a vácuo. A tecnologia está em permanente evolução, mostrando-se, dessa forma, refratária à previsão legal, sob pena de inevitável descompasso entre o que vai na letra da lei e a tecnologia disponível, cada vez mais avançada. E, ainda, o art. 5º mostra-se desnecessário, uma vez que a medida prevista no projeto não gera despesa para o poder público.

Afigura-se, pois, mais apropriado fazer constar no texto da lei somente a obrigatoriedade de os cinemas e de os demais estabelecimentos que exibem filmes em terceira dimensão - 3D - higienizarem os óculos, no caso, não descartáveis, disponibilizados aos espectadores.”

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 551/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados na exibição de filmes em terceira dimensão - 3D -, na forma que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam os cinemas e os demais estabelecimentos que exibem filmes em terceira dimensão - 3D - obrigados a promover a higienização dos óculos não descartáveis disponibilizados aos espectadores, após o uso em cada sessão de exibição.

Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às sanções previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Bonifácio Mourão, relator - Isauro Calais - Luiz Humberto Carneiro.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 7/4/2015

O deputado Celinho do Sinttrocel* - Caros deputados e caras deputadas, caros servidores da Assembleia Legislativa, telespectadores, trabalhadores e trabalhadoras. Antes de tocar nos assuntos que me trouxeram aqui, quero parabenizar os profissionais do jornalismo pelo seu dia, nas pessoas dos profissionais aqui presentes; e, na pessoa do companheiro José Maria Rabelo, quero saudar todos os jornalistas mineiros, em especial aqueles que dedicam suas vidas à arte e ao ofício de bem informar o nosso povo mineiro.

Creio que para o enfrentamento da crise nacional são necessários investimentos públicos e privados. Por isso, ressalto a afirmação da presidente Dilma Rousseff de que não permitirá contingenciamento de verbas orçamentárias de programas sociais. A recuperação econômica e social de Minas Gerais e do Brasil passa por investimentos regionalizados, como no Vale do Aço. A título de exemplo cito a duplicação da BR-381-Norte e a sua importância para o desenvolvimento da região do Vale do Aço. A presença de empresas denunciadas na chamada Operação Lava Jato nas obras da BR-381 Norte não pode significar a redução de ritmo ou a paralisia de qualquer obra da sua duplicação.

O Dnit já mediu e pagou pelas obras realizadas até o momento, porém o consórcio responsável se recusa a pagar os valores devidos às empresas terceirizadas sublocadas nos Lotes 1 e 2. Portanto, a paralisação das obras dos Lotes 1 e 2 é de responsabilidade exclusiva do Consórcio Isolux Engevix. As empresas que realizaram os serviços e não receberam o que lhes é de direito - aproximadamente R\$14.000.000,00 - merecem o nosso apoio, bem como os seus trabalhadores que foram demitidos ou vivem o medo da demissão. A continuidade da duplicação tem ser colocada acima de qualquer outro interesse.

Lembro também que a ponte sobre o Rio Piracicaba, que liga os Municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo, que se encontra com tráfego parcialmente interrompido há mais de dois anos, terá a licitação de obras realizada ainda no mês de abril, conforme prometeu o diretor-geral do Dnit, em audiência com o deputado federal Mauro Lopes, em Brasília. O diretor-geral afirmou que todo o processo burocrático, inclusive a publicação do edital de licitação, estaria concluído ainda neste mês de abril.

Tenho certeza de que a presidente e o Dnit estão fazendo e farão o que for possível e necessário para manter os investimentos em nossa região. O Vale do Aço não tem como ficar penalizado em função de qualquer paralisação da duplicação da BR-381-Norte. A população e os empresários sediados na Avenida Tancredo Neves, antes da construção do contorno, estão sendo penalizados com o parcial tráfego sobre a ponte que liga os Municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo, trazendo sérias consequências. E por essa razão, desta tribuna, na condição de parlamentar, na condição de eleitor e de um dos deputados mais votados na região do Vale do



Aço, quero novamente fazer o apelo ao diretor-geral do Dnit e a toda sua direção para que neste mês de abril tenhamos a publicação deste edital, para que seja dado início às obras da ponte que liga os Municípios de Timóteo e de Coronel Fabriciano.

Ainda sobre os investimentos, lembro que também são urgentes ações da iniciativa privada. O Vale do Aço, por exemplo, não pode ficar refém de disputas jurídicas de grandes grupos econômicos - no caso, a Usiminas. Por cima das disputas e seus desdobramentos, é preciso voltar com os investimentos e garantir que a região continue a participar com 10% do PIB do Estado.

O diagnóstico da situação do Estado de Minas Gerais, apresentado nesta segunda-feira pelo governador Fernando Pimentel, aponta para um cenário complicado. O quadro se agrava quando levamos em conta a situação nacional e internacional. As primeiras auditorias falam em dificuldades orçamentárias e financeiras na administração pública, bem como nas áreas sociais e na prestação de serviços e de infraestrutura.

Para enfrentar os problemas atuais, é urgente um esforço comum e um comprometimento de todos na busca de soluções. Esse é o papel desta Casa e de seus deputados e deputadas, da base governista ou não. É preciso encarar o déficit orçamentário, a paralisação de obras, os atrasos nos pagamentos, a desigualdade regional, o planejamento estratégico e o crescimento sustentável. Qualquer saída para o Estado ou para o País passa necessariamente pelo fortalecimento dos direitos dos trabalhadores.

Contudo, aproveitando-se da crise econômica e política, o empresariado pressiona para que os deputados federais e senadores aprovem a terceirização generalizada em todas as atividades econômicas.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Celinho do Sinttrocel, estou acompanhando atentamente o seu pronunciamento e quero elogiá-lo: de fato é grande a expectativa que a duplicação do braço norte da BR-381 tem gerado no seu e nosso Vale do Aço. Também quero me aliar ao seu posicionamento contra o projeto de terceirização, uma nova forma de escravidão que está para ser aprovada no Congresso.

Mas como V. Exa. se referiu ao diagnóstico preliminar divulgado ontem pelo governador Fernando Pimentel, do PT e da nossa coligação, também quero apresentar um dado relativo à crise social e à situação da segurança em Minas Gerais de 2002 a 2012. Nesse período, os homicídios passaram de 2.977 para 4.535, com um crescimento de 52,3%, que é quatro vezes maior do que a média nacional, que foi de 13,4%. Então, onde está o choque de gestão na segurança pública?

Os dados mostram também aumento de 74% nos crimes considerados violentos, que passaram de 50 mil para 88 mil. Isso sem contar que ainda temos 120 mil inquéritos abertos na Polícia Civil esperando apuração. Por que isso? Se fizermos uma radiografia da Polícia Civil, veremos que hoje temos 9.575 policiais, mas, segundo a própria lei estadual, aprovada nesta Assembleia Legislativa, teríamos de ter 17.517 policiais civis como polícia judiciária para dar uma resposta a essa dívida vergonhosa que temos na área da segurança.

Quanto à questão da Polícia Militar, é importante dizer que, de 11.265 viaturas, 4.562 estão quebradas. Enquanto isso, os presídios de Minas, que têm 66 mil presos, só têm vagas para 32 mil.

Vou terminar meu aparte, para que V. Exa. possa concluir seu pronunciamento, dizendo: onde está o choque de gestão na segurança pública? Minas hoje vive a insegurança. Queremos aqui destacar que a primeira medida do Fernando Pimentel foi chamar excedentes de concurso para acrescer às Polícias Militar e Civil de Minas, ou seja, são mais 4 mil policiais e, ao mesmo tempo, fazer a retomada de todas as obras paralisadas dos presídios.

Portanto, esse é o diagnóstico da segurança no Brasil, Minas vive na insegurança. A Minas da propaganda não se reconciliou com a Minas real, infelizmente. Daí eu quero ressaltar quão importante esse pronunciamento e concordar que hoje temos de nos posicionar no Congresso Nacional contra a PEC da terceirização.

O deputado Celinho do Sinttrocel* - Agradeço ao deputado Durval Ângelo. Quero afirmar, deputado Durval Ângelo, que o choque de gestão implantado em Minas nesses 12 últimos anos, realmente, deixou Minas nessa situação vergonhosa, como V. Exa. apresentou muito bem quando falou da questão da violência e da segurança em nosso estado.

Para que não ocorra um choque de gestão maior ainda neste país, quero dizer sobre a terceirização que nada mais é que uma opção de organização empresarial para expandir o capital, aumentar os lucros e prejudicar os trabalhadores.

Com o novo Congresso, assumidamente conservador, as forças do atraso querem passar o rodo e votar o mais rápido possível o PL n° 4.330, para impedir a mobilização e a pressão popular. O PL autoriza a terceirização em qualquer tipo de serviço, acaba com a separação entre atividade-meio e atividade-fim e permite a existência de grandes empresas e de conglomerados econômicos sem nenhum empregado formal.

Para se ter uma ideia do estrago, comparando-se com aqueles que têm contrato de trabalho direto com uma empresa, o terceirizado hoje tem o salário 25% menor que os demais trabalhadores; o terceirizado tem uma carga-horária maior e trabalha muito mais; o terceirizado é demitido com facilidade; o terceirizado é mais exposto a acidentes e mortes no trabalho; o terceirizado sofre discriminação, e grande parte deles toma calote ao final de cada contrato de trabalho.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Pois não, presidente. Obrigado, deputado Celinho do Sinttrocel. Serei rápido. Quero congratular-me com V. Exa. quanto aos dois assuntos.

Nós teremos hoje ainda uma dupla jornada. A primeira é uma reunião que haverá dos dois blocos, Minas Melhor e Minas Independente, para analisarmos esse estado caótico em que Minas ficou, a partir dessa herança maldita de 12 anos do maldito choque de gestão. Foram 12 anos em que nós já denunciávamos que o déficit zero era uma mentira. E agora esfacelou-se a propaganda que o governo fazia de um déficit que nunca foi zero. Portanto, o choque de gestão nos fez muito mal, deputado Celinho do Sinttrocel, e eu quero concordar com V. Exa.

A segunda questão diz respeito, como muito bem lembrado, a essa PEC n° 4330, no Congresso Nacional, que quer retirar direitos dos trabalhadores. Hoje há um ato convocado pelas centrais sindicais aqui em Belo Horizonte e no Brasil todo para o qual eu quero chamar V. Exa. para cerrarmos fileiras, defendendo os trabalhadores e denunciando a herança maldita que foi deixada pelo PSDB em Minas Gerais. Muito obrigado.

O deputado Celinho do Sinttrocel* - Obrigado, deputado Rogério Correia. Estaremos reunidos nessa segunda etapa com os dois blocos, para, juntos, discutirmos saídas frente a todas essas dificuldades em que o choque de gestão deixou o povo mineiro.

Faço aqui uma advertência: quem apoiar e votar no Projeto de Lei nº 4.330 entrará para a história na galeria dos inimigos dos trabalhadores e trabalhadoras do povo brasileiro. Não aceitamos que joguem nas costas dos trabalhadores e das trabalhadoras do País o peso de uma crise que eles não criaram. É hora de deixar de lado as diferenças e defender os direitos sociais e trabalhistas que estão em risco. Nossa palavra de ordem deve ser uma só: nenhum passo atrás. Nenhum direito a menos. Sr. Presidente, muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado João Alberto - Presidente, deputado Hely Tarquínio, senhores e senhoras parlamentares, telespectadores e telespectadoras da TV Assembleia, inauguro aqui minha participação nesta tribuna democrática, reafirmando meus compromissos assumidos durante a campanha com Minas e os mineiros, principalmente com aqueles que me deram oportunidade de servir a meu estado lutando pela justiça social e dignidade da pessoa humana, exercendo o mandato de forma transparente.

Exercer o mandato no Parlamento mineiro dignifica nossa ação política. Aqui temos a Casa dos debates e dos embates. Divergir é característica dos homens livres. Aqui também é a Casa das divergências, mas muito mais a Casa das convergências pelo interesse público pelo qual luta cada um dos nossos pares e parlamentares presentes. Aqui se exerce na plenitude a democracia. Temos uma Casa plural, aliás como deve ser o nosso parlamento: a cara da sociedade que representamos. Aqui é o encontro das ideias e dos ideais diferentes, do acúmulo das experiências profissionais e das atuações em diversos segmentos da nossa sociedade.

Nos últimos tempos temos visto muitos ataques às casas legislativas. Não podemos fechar os olhos para essas críticas. É importante exaltarmos e ressaltarmos o trabalho sério, dedicado e profícuo que é realizado dentro desta Casa, seja nas reuniões de Plenário e de comissões, seja nas audiências públicas e nos atendimentos que fazemos diariamente em nossos gabinetes, e mormente na dedicação que temos nesse sacerdócio, que é servir Minas Gerais, nas visitas que fazemos a nossas bases, muitas vezes longe dos nossos familiares.

Iniciei minha atividade política nos movimentos de base, estudantil e de juventude. Reencontro nesta Casa grandes companheiros, contemporâneos das lutas do movimento estudantil e das lutas pelas políticas públicas para a juventude. Comecei minha vida pública sendo convidado pelo governador à época, Itamar Franco, ex-presidente da República, para assumir a presidência do Conselho Estadual da Juventude de Minas Gerais. Tive oportunidade de servir o Estado como secretário adjunto de Habitação e Saneamento. Assumi ao lado dos produtores rurais a luta pela política de abastecimento à frente da Ceasa de Minas Gerais e, por último, como secretário nacional de Produção e Agroenergia do governo da presidenta Dilma, no ministério dirigido pelo amigo Antônio Andrade, hoje vice-governador de Minas Gerais.

Tenho mais de 20 anos de filiação ao PMDB, único partido ao qual pertenci. Sou seu dirigente estadual e tive a oportunidade em minha trajetória de presidir a nossa juventude em Minas Gerais e no Brasil. Essa experiência que trago, principalmente em quase 15 anos de atuação no Poder Executivo, soma-se a essa nova experiência de poder exercer um mandato aqui em nosso Legislativo.

Quero aproveitar saudando aqui a nossa bancada do PMDB, na pessoa da nossa deputada Celise Laviola, única mulher presente exaltando as virtudes dessa nossa bancada, que, há 12 anos, é uma bancada combativa, unida, que sempre assume suas posições. Tive uma experiência na minha atuação política muito grande que foi servir essa bancada, no período de 2006 a 2007, como chefe de gabinete do líder do PMDB, Adalclever Lopes, nosso deputado e hoje presidente do Poder Legislativo. O presidente Adalclever nos orgulha com sua atuação republicana, agindo com altivez, com respeito à Maioria e à Minoria, fortalecendo a nossa Casa em respeito aos nossos técnicos. Ele marca uma nova época para o Legislativo em Minas Gerais, da relação desse importante Poder com a população mineira. O presidente Adalclever Lopes reafirma a independência do Poder Legislativo, mas realiza um trabalho com a harmonia necessária às relações entre os Poderes.

Temos aqui agendas positivas a serem construídas. Recentemente, frente à crise hídrica, instalamos aqui a Comissão das Águas, importante resposta do Parlamento mineiro a uma crise que se avizinha e cada vez mais séria, não só em Minas mas principalmente na região Sudeste e, obviamente, na região Nordeste, onde ocorre há muitos anos.

Mas temos outras agendas nacionais, como a questão da reforma política e o fortalecimento das nossas instituições. Temos de tratar aqui com muita seriedade a participação popular. Devemos fazer um exercício permanente de combate à corrupção que assola nosso país. O PMDB de Minas consagrou em 2014 uma aliança histórica que temos de centro-esquerda com o Partido dos Trabalhadores, com a vitória de Fernando Pimentel e Antônio Andrade para o governo de Minas Gerais. Iniciamos essa nossa aliança ainda em 2002, quando o PMDB de Minas Gerais, não concordando com os caminhos que o partido tomava a nível nacional, alinhava-se como primeiro diretório no Brasil a apoiar a eleição do presidente Lula. E hoje vemos Fernando Pimentel e Antônio Andrade eleitos governador e vice-governador dos mineiros.

Tivemos um começo difícil. Vimos ontem, na apresentação realizada pelo nosso governador e pelos secretários da área econômica, como não será fácil administrar o nosso Estado de Minas Gerais. Mas temos de deixar claro e registrado que nos foi concedido pelo voto popular governar Minas Gerais por quatro anos e não apenas por três meses. Sabemos que a população está impaciente e com razão, mas destaco de cara duas ações que já demonstram a mudança na atuação do governo de Fernando Pimentel e Antônio Andrade: a democracia participativa e a democracia social. A democracia participativa já estampada pela relação que começa a se fazer com os movimentos sociais organizados e não organizados, que estão sendo ouvidos pelo governo. A democracia social já sinalizada pela dimensão dada neste governo às questões da cidadania, do direito das minorias e também à agricultura familiar.

O PMDB é um aliado de primeira hora. O partido está com o governo para enfrentar os desafios e as suas dificuldades.

Ocupamos espaços importantes dentro de uma aliança construída visando uma coalizão de governo, baseada sobretudo em três pilares: uma aliança política; uma aliança programática, ambas aprovadas nas urnas em 2014; e uma aliança administrativa que começamos a realizar desde 1º de janeiro. Assumimos missões difíceis, mas escalamos os melhores e mais competentes quadros do PMDB. Assumimos a missão de desatrarancar as questões ambientais do nosso estado, respeitando o meio ambiente, mas tratando também do desenvolvimento econômico com desenvolvimento sustentável, que deveriam estar atuando como irmãos siameses, mas



estão dissociados nos últimos 12 anos e parecem viver um divórcio litigioso. Há que se realizar um casamento, meu líder deputado Durval Ângelo, entre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável. Parece-me que a situação caótica que o deputado Sávio Souza Cruz encontrou na secretaria não estava muito favorável para esse ambiente: falta de apoio ao nosso funcionalismo; secretaria sucateada; um ano de greve, com operação padrão, impedindo o nosso desenvolvimento, o desenvolvimento do Estado.

Assumimos o meio ambiente com o objetivo de promover a sua integração ao desenvolvimento econômico, à política agrícola do Estado e ao desenvolvimento regional e das regiões metropolitanas, áreas evidentemente sinérgicas, para o princípio da eficiência da administração pública ser realizado.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Antes de mais nada, uma saudação especial ao nosso colega parlamentar deputado João Alberto, do PMDB. Acho que toda essa sua trajetória vitoriosa, ainda muito jovem, na militância do PMDB, agora culminando com o exercício do mandato parlamentar, engrandece muito esta Casa.

O grande mito cai por terra, a mentira do choque de gestão, é só olharmos a questão ambiental. Há um secretário de Meio Ambiente afastado por envolvimento em falcatruas com mineradoras. Inclusive já houve pedido de prisão por parte do Ministério Público, ainda não decretada pela Justiça. Há toda uma estrutura do Iter envolvida em corrupção na questão de licenciamento ambiental para desflorestamento também afastada, como várias outras áreas do governo. Acho que ali é mostrado esse quadro corrupto e sujo. E os servidores da área do meio ambiente estão há um ano e dois meses com operação padrão, praticamente uma greve branca.

Semana passada o governo decidiu conceder um aumento de R\$1.500.000,00, que estava sendo pedido pelos servidores daquela área. E lá foi colocado um grande companheiro nosso, o deputado Sávio Souza Cruz. Acreditamos que o decreto seja publicado esta semana. Haverá uma solução do problema do meio ambiente e do grande entrave para o desenvolvimento. A falta de zelo na questão ambiental dos dirigentes de lá, todos ou a grande maioria envolvidos em corrupção e falcatruas, é sinal claro de que esse choque de gestão teve esse lado perverso.

Agora o secretário de Meio Ambiente, o nosso colega deputado Sávio Souza Cruz, saberá encaminhar e resolver os problemas ambientais dessa herança terrível, dessa herança maldita deixada nos últimos 12 anos no Estado de Minas Gerais.

O deputado João Alberto - Muito obrigado, líder. Essa é a realidade da gravidade do que encontramos em Minas Gerais. O deputado Sávio Souza Cruz, sempre usando esta tribuna com muita competência, falava que era importante que os mineiros conhecessem a Minas real, tão diferente daquela divulgada pelas propagandas do governo de Minas. Parecia que vivíamos num verdadeiro paraíso.

Mas falava aqui ainda dos quadros do PMDB escalados para essa missão de retirar Minas Gerais dessa situação caótica; dos quadros que se somam ao deputado Sávio Souza Cruz, do Meio Ambiente. Falava aqui do deputado Tadeu Martins Leite, do engenheiro agrônomo João Cruz e do empresário Altamir Rôso.

Essas quatro áreas, meu líder Durval Ângelo, são imprescindíveis para a retomada do crescimento, do desenvolvimento e do progresso de Minas Gerais. Portanto, quero lembrar também que o PMDB assumiu o compromisso não só com essas áreas, mas também com a cultura do nosso estado, tão esquecida, talvez privatizada, nos últimos anos, pelos governos anteriores. Assumiu essa área, nada mais, nada menos, que um ex-ministro, ex-secretário, o companheiro Ângelo Oswaldo, ex-prefeito de Ouro Preto, que já empreende um ritmo de democratização do setor cultural do Estado de Minas Gerais.

Repito, estamos cientes da gravidade da situação que estamos vivendo em Minas Gerais. Infelizmente, com informações embaçadas pelos insidiosos do governo anterior. Sabemos que precisamos realizar grandes ajustes no nosso estado. O PMDB não se furtará em, mais uma vez, apoiar essas iniciativas fundamentais, para a retomada do desenvolvimento, que tanto anseia, que tanto deseja, o povo mineiro.

Mas é importante, líder, lembrarmos também - vimos ontem - a apresentação de um diagnóstico. Somente no meio ambiente, há mais de 2.700 licenças ambientais estagnadas, paradas, impedindo investimentos de mais de R\$5.000.000.000,00, aguardando há cinco anos, em Minas Gerais. Portanto, não deixaremos de estar aqui e de cobrar dos nossos companheiros, secretários de Planejamento e de Fazenda, insistindo na importância de apoiar as iniciativas dessas áreas tão estruturantes e necessárias para o desenvolvimento de Minas Gerais.

Concluindo, Sr. Presidente, quero reiterar o prazer de fazer parte deste Parlamento, onde o meu pai João Bosco Murta Lages, aos 25 anos, iniciou a sua vida pública. Ele nos deixou há cerca de 11 anos, mas me legou os ensinamentos, os valores éticos e morais da vida pública. Há uma frase sua que norteia sempre os meus caminhos. Ele dizia que a vida vale pelo que conseguimos ser no exercício cotidiano de nossas atividades, não depende de um ou outro gesto de grandeza, mas da permanência da grandeza em todos os gestos, em todas as atitudes e em todos os momentos. Espero atuar assim, em nosso Parlamento, meu caro companheiro e amigo Jean, defendendo o nosso esquecido Vale do Jequitinhonha, onde temos a origem da nossa família, lutando por uma Minas mais igual, uma Minas que possa sair dessa realidade, para termos realidades mais iguais e não tão diferentes, como vemos em nosso estado. Afinal de contas, somos um só Estado, uma só bandeira, uma só Minas Gerais. Antes de tudo, sempre digo, a nossa pátria é o nosso Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente. Um abraço a todos os mineiros e mineiras que nos assistem pela TV Assembleia, grande canal de cidadania e democracia que temos para o povo de nosso estado.

* - Sem revisão do orador.

A deputada Celise Laviola* - Sr. Presidente, nosso querido deputado Hely Tarquínio, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste, boa tarde. "Mulher virtuosa, quem a achará? O seu valor muito excede o de finas joias." Provérbio 31:10. Início com esse versículo da Bíblia por quê? Porque, hoje, tivemos aqui um ato muito importante: o início dos trabalhos da Comissão Extraordinária das Mulheres, onde vamos estudar a participação da mulher na reforma política, os meios de dar condição de uma participação maior da mulher, para que ela tenha mais acesso político e chegue ao parlamento, como chegamos, e ao Executivo. Então, que ela tenha possibilidade de mostrar o nosso trabalho e de defender a nossa classe, porque as mulheres precisam de uma representatividade maior.

Hoje, com a instalação dessa comissão, eu e todas as deputadas tivemos o prazer de estarmos lá, inclusive com os deputados que compõem a comissão que estudará a PEC nº 16/2015, que estamos propondo, que trata da inclusão da mulher na Mesa. Dizemos



inclusão da mulher, mas, na realidade, é inclusão do gênero que tiver menor representatividade, e hoje é a mulher, porque é preciso que todos tenham voz e vez na Assembleia. É para isso que trabalhamos. É para isso que viemos.

Tenho muito orgulho de defender as mulheres. Defendo os homens também, pois recebi muitos votos deles, mas é necessário termos uma participação maior das mulheres. Muito me orgulha estar no atual Parlamento, estar fazendo parte e iniciando meus trabalhos nele, onde a iniciativa das mulheres está começando com força total, não é, deputada Marília? Está começando com força total e com vontade.

Tivemos um ciclo de debates surpreendente. Muitos não acreditavam, mas enchemos o Plenário de manhã e à tarde, com públicos diferenciados e interessados nas discussões levantadas pelas mulheres. Estamos muito animadas, achamos que essa comissão seguirá em frente, terá muito trabalho e muito o que discutir, não só sobre a reforma política e a participação da mulher, mas tudo que diga respeito à mulher, tudo o que elas passam, todo o sofrimento, tudo que enfrentam de diferente.

Hoje tivemos esse início, estamos com a PEC em andamento, com muita esperança de que o relator nos contemple de forma positiva, e discutindo muito o assunto. Então, hoje queria dizer que me sinto muito honrada de fazer parte de um parlamento onde somos apenas 10% de mulheres entre os deputados, mas estamos mostrando a que viemos. Isso me deixa muito orgulhosa.

Agradeço a citação do deputado João Alberto, como a única mulher na bancada do PMDB, e a todas as colegas por essa força que estamos tendo, pois juntas chegaremos lá.

A deputada Marília Campos (em aparte)* - Quero cumprimentá-la por seu posicionamento neste dia que recupera a história da 18ª Legislatura, pelo esforço da bancada de mulheres que se organizou desde o primeiro dia da posse para fazer um 8 de março que recupere a memória da nossa luta, mas, acima de tudo, um 8 de março que marque a história em Minas Gerais, porque esta Assembleia não só fez uma grande mobilização em Belo Horizonte, como continuará fazendo no interior do Estado, estimulando as mulheres a participarem da política do nosso país, sendo candidatas a vereadoras e a prefeitas, dessa forma, aumentando a nossa representação na política, no Parlamento e no Executivo. Queria cumprimentá-la também, deputada Celise, porque a senhora ressalta que nossa luta ainda vai continuar.

Hoje foi um dia importante porque conquistamos um espaço, um espaço de mobilização, um espaço de organização, um espaço de debate, que é ter a Comissão Especial de Mulheres, que foi uma conquista da nossa organização e compromisso do nosso presidente Adalclever de instalá-la. Queria parabenizá-la por esse posicionamento e parabenizar o presidente da Mesa por ter cumprido a sua promessa.

Além disso, deputada, queria dizer que essa comissão tem um papel essencial: convencer os 70 deputados desta Casa a votarem a favor das mulheres, a exemplo do que aconteceu na Câmara dos Deputados, que votou a PEC garantindo pelo menos uma mulher na Mesa, o que recebeu 441 votos a favor. Tenho certeza de que os 70 deputados desta Casa irão votar a favor de mais uma mulher na Mesa. Então, queria cumprimentá-la por esse discurso e dizer que estamos firmes nessa luta por mais mulheres na política. Obrigada.

A deputada Celise Laviola* - Agradeço à deputada Marília e quero dizer que vamos seguir realmente em frente. Essa comissão não é de brincadeira, é uma comissão muito séria. Estamos fazendo um trabalho muito bacana.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputada, quero parabenizá-la, quero dizer que sou solidário à PEC apresentada e que votarei a favor dela. Acho correto a bancada feminina ter permanentemente um assento à Mesa da Assembleia Legislativa. Depois veremos como dividir o restante das cadeiras entre os partidos políticos. Julgo fundamental garantir a presença da mulher na Mesa. Nosso PT, há bastante tempo, adota a política de cotas na eleição de suas diretorias. Defendemos que isso se estenda ao Parlamento através de uma bancada em que a metade seja de mulheres. É uma luta, portanto quero congratular nossas deputadas, que hoje deram um passo na constituição da comissão da PEC e na comissão das mulheres, que aqui na Assembleia vão tratar desse tema.

Deputada, queria parabenizar V. Exa. e também o PMDB. Estou me lembrando da propaganda, quando o deputado João Alberto subiu à tribuna. Lembro-me da propaganda que o PMDB fez no horário gratuito, que já retratava a mentira do choque de gestão e do déficit zero. O PMDB lembrava, na ocasião, e perguntava: “Será?”. Você se lembra, deputado João Alberto? A propaganda do PMDB passava as propagandas mentirosas do governo de Minas, que eram fomentadas por Andrea Neves, a Goebbels das Alterosas, e ela fomentava com recursos, que depois fomos ver, caríssimos deputados, no Estado de Minas. Ela foi endividando o Estado com propagandas e mais propagandas. A Minas real não aparecia, e o PMDB colocava: “Essa é a Minas da fantasia” e terminava perguntando: “Será que era verdade?”.

As urnas desmentiram mostrando que havia e que ainda há uma grande mentira do PSDB em relação ao que chamavam de choque de gestão e de déficit zero, em que se cortava o salário do servidor aqui e ali, zerando-se o déficit.

O governo Pimentel fez um diagnóstico que, diga-se de passagem, foi apenas inicial. Acho que a Assembleia Legislativa tem de se debruçar sobre esse diagnóstico e mostrar a situação real de Minas. Agora é hora de ver isso. Acho que esse tema merece uma comissão especial. Deixo a proposta aqui, ao PMDB, ao nosso bloco e ao bloco independente. Faremos uma comissão especial para verificar a situação real de Minas e vamos ver que ela estará longe daquelas mentiras colocadas. Veremos que o mesmo prognóstico feito agora pelo governo Pimentel é pouco em relação ao que vamos encontrar.

A dívida enorme já chega a quase R\$100.000.000.000,00. O choque de gestão foi uma mentira, e o déficit zero só existiu no papel e na propaganda. Há pelo menos três anos estamos vendo déficit no orçamento, tais como R\$1.000.000.000,00, R\$2.000.000.000,00 e, agora, R\$7.000.000.000,00. Se não fosse essa denúncia, ficaria parecendo que havia um orçamento a ser aprovado no ano passado de déficit zero, como se as contas fossem bater. E eles queriam, no final do ano, dizer: “Está vendo? Deixamos o orçamento zerado, e o Pimentel agora deu um déficit de R\$7.000.000.000,00”. Por isso é que ficaram com raiva, deputadas Geisa e Celise. Eles ficaram incomodados quando não aprovamos aquele orçamento fictício, de mentirinha, para mostrar o tamanho real do déficit.

Mas é preciso saber por que esse déficit chegou a R\$7.000.000.000,00. Deputada Celise, teremos de nos debruçar sobre esse assunto e criar uma comissão especial, que talvez nos aponte para a necessidade de CPI. Não devemos descartar a possibilidade de uma comissão parlamentar de inquérito que analise realmente a mentira deixada pelos tucanos, a falácia do choque de gestão. Alguns aspectos serão aprofundados depois, com as auditorias que virão. Por enquanto, precisamos de um diagnóstico, mas que seja preciso,



que mostre que o choque de gestão é uma mentira, que aquilo que o Senador Aécio Neves propagou que faria no Brasil inteiro... Felizmente as urnas mineiras o derrotaram. Todos sabem que o Aécio foi derrotado em Minas, que foi aqui que ele perdeu as eleições no primeiro e no segundo turnos. O mineiro já sabia que o choque de gestão era uma mentira.

V. Exa. citou muito bem - e poderia repetir - os dados da segurança pública. Lembra, Celise, que eles diziam que era uma maravilha, que havia delegado em todo lugar, que a Polícia Civil fazia greve porque era chata, que não deveria valorizar o servidor público? O discurso era: "déficit zero!", "choque de gestão!", "PIB da China!". Agora, vemos o Estado com o 10º PIB do País. É uma tragédia o 3º estado mais rico ter o 10º PIB. No governo do PSDB, Minas cresceu menos do que o Brasil. Mas eles diziam que a culpa era da Dilma. "Culpa da Dilma!" Tudo para eles era culpa da Dilma. Vemos agora o relatório ainda parcial do que foi feito em Minas. Quando o governo entrar na Rádio Arco-Íris, no Mineirão, na Cidade Administrativa, que dobrou de preço, os terrenos serão outros. Como esse déficit surgiu sem prestar contas ao povo mineiro? Quando V. Exa. toca nesse ponto, fico lembrando da propaganda do PMDB: "Essa propaganda é da Minas da fantasia". A Minas real nunca aparecia. O deputado Sávio Souza Cruz dizia isso da tribuna. E o PMDB perguntava: "Será?". E vinham as interrogações. Agora ficou claro, caiu por terra a farsa, a mentira, a propaganda enganosa do choque de gestão. Repito: devemos nos aprofundar em cada ponto. E o que fizeram com a educação? Não deixaram a professora se alimentar, porque era preciso cortar gastos na carne; não pagaram o piso que diziam que pagavam. Agora estão aí alvorçados, dizendo que querem resolver de uma vez, no governo Pimentel, os problemas que agravaram em 12 anos. É claro, se tivessem ganhado as eleições, não estaríamos preocupados com a situação de Minas, porque eles continuariam dizendo: "Minas está muito bem, Minas caminha bem, porque o choque de gestão a salvou". Está aí a mentira, a falácia. Cai a máscara do choque de gestão acicista.

Parabéns, deputada Celise, por seu pronunciamento.

A deputada Celise Laviola* - Gostaria de agradecer o aparte do deputado Rogério Correia e dizer que tenho a certeza de que nós, mulheres, somos sensíveis a tudo o que está acontecendo em Minas; tenho a certeza de que a nossa bancada feminina lutará por uma Minas melhor. É essa a sensação que temos, não é, deputadas Marília e Geisa? Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* - Art. 164, Sr. Presidente.

O presidente - Esclareço ao deputado que concederei o art. 164. Posteriormente, se houver réplica, a concederemos.

O deputado João Leite* - Ele já quer réplica?

O presidente - Espere um minuto! Já vamos estabelecer briga?

O deputado João Leite* - É prisão preventiva? O deputado só quer falar. Não quer ouvir.

O presidente - Depois teremos um orador a mais, com tempo resguardado.

O deputado João Leite* - Só ele que fala. O deputado Rogério Correia acha que é o dono da Assembleia.

O presidente - A presidência está com a palavra e gostaria de fazer justiça, obedecendo ao Regimento Interno. Já está estabelecido, sem contestação. O presidente determina o seguimento do Regimento Interno.

O deputado João Leite* - Vejam o medo do deputado Rogério Correia! São tantas mentiras que fica com medo.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Concederei uma réplica de 5 minutos para o deputado João Leite e uma, com o mesmo tempo, para o deputado Rogério Correia.

O deputado João Leite* - Uma réplica por quê? Ele me ataca e tem direito a réplica!?

O presidente - Uma para o deputado Rogério Correia. Então, uma e uma e, depois, com a palavra, a deputada Marília Campos, que disporá de 10 minutos para o seu pronunciamento. Se ela não for, certamente usará a palavra o deputado Cabo Júlio.

O deputado João Leite* - Deputado Hely Tarquínio.

O presidente - Está definido e combinado. Está bom?

O deputado João Leite* - Não está bom. O art. 164 é claro. Por que ele terá réplica se é ele quem ataca?

O presidente - Exatamente.

O deputado João Leite* - Deputado Hely Tarquínio, V. Exa. pode prestar atenção?

O presidente - O deputado Rogério Correia já tinha pedido.

O deputado João Leite* - Tinha pedido como? É preventivo, deputado Hely Tarquínio?

Eu não falei ainda, e ele já está com medo. O deputado Rogério Correia treme. Ele tem medo. Treme. Acha que pode chegar aqui e falar o que quiser e que não será contraditado. Ele pode ser contraditado, sim!

Deputado Hely Tarquínio, V. Exa. pode prestar atenção? Gostaria que garantisse o meu tempo.

O presidente - O tempo está garantido por 5 minutos.

O deputado João Leite* - Sr. Presidente, eu gostaria de entender, pois o art. 164 é claro, diz que o deputado ou partido que for citado terá direito de responder. Agora, por que ele vai ter réplica?

O presidente - Já estou prevenindo aqui.

O deputado João Leite* - Prevenindo o quê?

O presidente - Sabemos que hoje o Plenário será tomado de discussões em que prevalecerão as emoções. Com emoção é difícil comandar a Assembleia. V. Exa. terá a palavra para falar por 5 minutos.

O deputado João Leite* - Vou pedir a tréplica então. V. Exa. vai dar a réplica para ele. E eu terei a tréplica?

O presidente - V. Exa. poderá falar pelo art. 70 posteriormente.

O deputado João Leite* - O deputado Cabo Júlio não quer ouvir também, não. Está ansioso.

O presidente - Já estamos acostumados, porque isso é um videoteipe. Nele já estamos prevenindo.

O deputado João Leite* - Sr. Presidente, peço, então, que garanta os meus 5 minutos.

Lamento essa ansiedade. O deputado Cabo Júlio está ansioso. O deputado Rogério Correia acha que é dono da Assembleia, que pode fazer tudo, que pode xingar os outros partidos. Ele tem um ódio do PSDB, trata-o com ódio. Parece que está falando da presidente Dilma.

Estou sem som? Não é possível que o deputado Rogério Correia esteja mandando no som da Assembleia também. Dê-me um som melhor, por favor! Quero que garanta o meu tempo.

O presidente - Vamos evitar conversa colateral, deputado. Está conversando com a plateia. Está com a palavra, o deputado João Leite, vamos respeitá-lo.

O deputado João Leite* - Presidente, garanta o meu tempo. O deputado Rogério Correia se esquece de que o choque de gestão é algo adotado no Brasil inteiro. O Banco Mundial levou a experiência de Minas Gerais para outros lugares. Por quê? Porque o PSDB assumiu aqui em 2003 após o governo do PMDB e do PT. V. Exa., deputado Hely Tarquínio, era o líder da oposição. Naquela época, servidor público de Minas Gerais recebia em sete chamadas. A minha mãe, servidora pública, recebia no dia 29 do mês. Foi isso que pegamos. V. Exa. várias vezes demonstrava o déficit do governo do PMDB e do PT. Foi por isso que se criou o choque de gestão. A partir dele, os servidores do Estado passaram a receber até o quinto dia útil do mês. Essa é a verdade.

Eles têm uma paixão por Aécio Neves. Tudo é Aécio Neves. Não estou nem lembrando o nome dele, mas eles nos fazem lembrar. Foi Aécio Neves que ligou 225 municípios de Minas Gerais que não tinham ligação asfáltica. Ontem, eles começaram pela *Folha de S.Paulo*, pois querem fazer propaganda. A única coisa que cresceu no orçamento do PT para este governo foi a propaganda. Aumento para o servidor não há. Quero dizer ao nosso povo da saúde, que está aqui acompanhando a reunião, que está nos nossos hospitais, a quem queremos reverenciar, que não haverá aumento para vocês, não. Mas há aumento para a publicidade. Eles gostam de propaganda.

Eles vão fazer um governo de propaganda. O Sr. Pimentel foi lá dar o furo para a *Folha de S.Paulo*. Não foi para os órgãos de Minas Gerais. Ele foi lá contar o que descobriu à *Folha de S.Paulo*.

Vocês têm de governar, gente. Eles estão aí há 100 dias e não fizeram nada. Somente outro dia saiu a nomeação de cargos importantes. Eles não governam, só ficam olhando para trás: “Ah, o PSDB”. Vocês venceram, parabéns! Agora governem, aumentem o salário dos servidores, coloquem equipamento para os servidores da saúde, esses queridos e essas queridas. Há equipamento estragado no Hospital Alberto Cavalcânti. Na nossa querida Maternidade Odete Valadares falta tudo, mas o PT só fica xingando, lembrando de Aécio, falando de coisas lá de trás. É um chororô, um mi-mi-mi.

O que eles prometeram na campanha foi estelionato. Falaram que iriam diminuir o ICMS da energia. Eles estão falando em 10, mas vão receber R\$1.540.000.000,00 em virtude do ICMS da energia. Eles não dizem isso aqui. Não dizem quanto vão gastar em propaganda. Quem vai receber mais é a *Folha de S.Paulo*, porque vão lá em São Paulo. O furo, a notícia sai de São Paulo. Não é para os órgãos de Minas Gerais, não é para a Globo de Minas Gerais, não é para o *Estado de Minas*, não é para a Rádio Itatiaia, é para a *Folha de S.Paulo*. O Sr. Pimentel foi lá e disse: “Está aqui um furo para vocês. Fizemos esse levantamento”. Eles estão cansados de fazer levantamento. Um governo, um partido que acabou... O PT acabou com o Brasil. O PT quebrou o Brasil. Falaram em US\$100.000.000,00, mas esse valor é o que o militante do PT Sr. Pedro Barusco vai devolver por causa da delação premiada. O PT é o maior escândalo da história republicana do Brasil, eles não têm autoridade. A montanha deles pariu um camundongo. Fizeram barulho, vai explodir, vai estourar, mas nada, não há nada. O que há é o tempo de um governo que trabalhou por Minas Gerais. Ligou os 853 municípios com telefonia, ligou 225 cidades com asfalto, trabalhou no combate à pobreza rural levando para as comunidades mais carentes do Estado a atenção, iluminou 1.000 campos de futebol amador. Iluminaram 1.000 campos de futebol, está aí a Globo com o Torneio Corujão. À noite, o trabalhador joga futebol, e as mulheres caminham em torno dos campos.

Sr. Presidente, é lamentável, pois achávamos que o PT iria governar, mas não fazem nada, só propaganda. Ficaram 100 dias investigando a vida dos outros, procurando saber - uma fofoca danada. Trabalhar mesmo, não trabalharam nada. Não fizeram nada. É lamentável a situação de Minas Gerais. Só vão gastar com propaganda. Deputado Hely Tarquínio, já passamos muitas coisas nesta Assembleia, mas o governo do PT é o governo do espanto. Estou espantado. Deputado Hely Tarquínio, meu tempo terminou?

O deputado Rogério Correia está ansioso. Ele treme porque o governo do PT está se desmanchando nas ruas. Quero convocar a todos para irmos às ruas no dia 12. Vamos ter a ala da elite branca, vamos ter a ala da Lei nº 100. Vamos para as ruas contra esse governo que roubou o Brasil.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia - Muito obrigado, presidente. Só concordo com o deputado que me antecedeu numa questão: é que o diagnóstico pariu um rato, mas o rato é o choque de gestão. O choque de gestão acabou. Esse é o fundamento do diagnóstico apresentado pelo governador Pimentel. O choque de gestão é uma falácia. Nesse sentido, é também um rato, porque corroe Minas Gerais, deixou Minas com um déficit muito grande. Esse rato chamado choque de gestão de fato corroe o Estado, isso é uma verdade.

Gosto de falar isso com dados, e não com imitações. Aliás, a oposição nesta Casa nem criativa é. A crítica é feita com imitações, o que já tira argumentos a quem, de fato, não os tem. Mas o que o governador Fernando Pimentel mostrou foram números, e é desses números que queremos falar.

Minas Gerais, veja bem o que disse o diagnóstico, deputado Durval Ângelo, líder do governo, nunca alcançou déficit zero. Ao contrário, o resultado fiscal-orçamentário apresenta um déficit de 2,2 bilhões. Já a dívida consolidada passou de 52 bilhões em 2007 para 93,7 bilhões no ano passado. O monitoramento das iniciativas consideradas estratégicas apresentou um viés tecnocrático e gerou um arsenal de indicadores e mecanismos de controle que consumiu tempo de gestão, sem que isso representasse eficiência nas políticas públicas. Mas, palavras do governador Pimentel, Minas Gerais terá de reconstruir a gestão que foi um fracasso do governo passado.



Lembram-se de eles falarem do Estado em rede? Pois o olhar regionalizado ficou subordinado aos indicadores de eficiência. A gestão participativa nunca existiu, e o desdobramento é que, em relação a 2012 e 2013, houve descontinuidade em 2014. Isso, por si só, liquidaria a ideia do choque de gestão e do déficit zero.

Mas fizemos questão de também levantar dados como este: em 2002, 2.977 homicídios; em 2012, 4.535 homicídios; os crimes violentos, deputado Cabo Júlio, passaram, em 2010, de 50 mil para 88 mil. É o choque de gestão na segurança pública. A situação encontrada: 11.265 viaturas da PM, 4.532 fora das ruas por falta de manutenção. É o choque de gestão na segurança pública, a falácia do choque de gestão. No Corpo de Bombeiros há 373 carros fora de combate. A situação mais crítica ocorre nos presídios: 32 mil vagas, e temos 66 mil presos. Essa é a realidade do choque de gestão.

Quer mais? Na educação, uma professora não podia se alimentar na escola. O piso nunca foi pago, embora eles dissessem que pagavam. O deputado João Leite era um que vinha aqui e falava às professoras: “Vocês já recebem o piso”. As professoras não recebem o piso, deputado João Leite. V. Exa. não precisa ficar nervoso, com esse ódio todo. É bom que V. Exa. conheça a realidade de Minas, porque não adianta V. Exa. ficar nervoso e tratar com esse ódio as questões. Cerca de 14% dos jovens... Deputado João Leite, deixe o deputado concluir. V. Exa. fica nervoso demais e me atrapalha. Deputado João Leite, deixe o deputado falar, escute. Cerca de 14% dos jovens mineiros estão fora da escola. É o choque de gestão também na educação, que não funcionou. Apenas 26% estão em condições boas, 45% das escolas não têm refeitório. Lembram-se de que o Sind-UTE falava isso?

Aliás, estão ali também os trabalhadores da Fhemig. Parabéns, continuam na luta. Diz ele que demorou, que o quadro da Fhemig é ruim agora, que na época dos tucanos era muito bom no hospital. Os trabalhadores não acham isso. Presidente, fale ao deputado João Leite que fique mais calmo, senão ele vai ter um infarto. Ele está muito nervoso. Ele já quer tréplica, quer tudo, só não quer escutar a verdade. Mas a verdade já foi dita nas urnas. Estão vendo como ele está nervoso e não deixa a gente falar? Foi sempre assim. Ficaram 12 anos sem deixar a gente falar. Agora a urna falou por nós. O choque de gestão, presidente, tomou bomba. O deputado Cabo Júlio sabe disso e vai falar a respeito. Estamos vendo a tristeza do deputado João Leite, que não deixa ninguém falar. O deputado João Leite foi o defensor do choque de gestão e agora viu que ele acabou, como uma mentira. Tudo que é sólido desmancha no ar, quanto mais as mentiras do PSDB.

Presidente, vou passar a palavra ao deputado Cabo Júlio. O deputado João Leite está nervoso demais. Esse nervosismo pode levá-lo a um ataque cardíaco, o que não desejo a ele. V. Exa. é que inventou réplica e tréplica. Aliás nem existe isso no regimento. V. Exa. é que inventou réplica e tréplica no regimento.

O deputado Cabo Júlio* - Presidente, Sras. e Srs. Deputados, deputados Rogério Correia e Durval Ângelo, em primeiro lugar quero dizer que eu queria viver naquela Minas Gerais que eu via na televisão. Eu queria muito viver naquele paraíso, porque era uma terra em que não havia problema, em que os funcionários da saúde estavam todos felizes, em que os professores e os policiais estavam felizes. Era uma terra sem problema. Durante algum tempo, essas propagandas da televisão nos induziram a crer que realmente a gente morava no paraíso. Eu nem mais queria morrer. Para que morrer e ir para o céu? O paraíso já estava aqui em Minas Gerais.

De repente, vieram as eleições, e o discurso do paraíso não convenceu os mineiros, que rejeitaram o candidato do paraíso. Se a terra era tão boa, como é que o candidato que representava a continuidade do paraíso tomou um couro nas urnas? Será que o mineiro é tão inocente ou tão inteligente? E aí a gente começa a ver qual é a realidade dessa Minas Gerais do sonho. Alguns colegas falaram que o choque de gestão é uma coisa muito boa, que é um modelo de administração. Eu queria dizer ao deputado João Leite, que disse que eu não queria deixá-lo falar, que eu queria falar também. O choque de gestão deu um calote de R\$5.000.000.000,00 nos servidores públicos. O choque de gestão não pagou o prêmio de produtividade de 2013. Vou falar baixinho, o prêmio de 2013, que deveria ser pago em 2014, que ainda era sob a gestão tucana. Até 31/12/2014 ainda era a gestão tucana.

Todo dia que venho ao Plenário pergunto aos deputados da chamada oposição: por que os senhores deram esse calote nos servidores? Por que não pagaram o prêmio do servidor, que já fazia conta com isso? Até hoje ninguém me explicou nada. Na Comissão de Segurança Pública, na Comissão de Administração Pública, na Comissão de Justiça, em todo lugar, eles saem para cá, para lá, escorregam para lá e falam de outra coisa, mas não falam aos servidores por que não pagaram o que era devido a eles. Esse dinheiro é do servidor, e vocês deram um tombo nele.

Mas vamos falar mais de choque de gestão. É aquela modalidade de administração pública que nos fez morar no melhor dos mundos, no melhor estado do País. Vamos falar de choque de gestão na área de segurança, mas na Minas Gerais de verdade, não naquela onde aparece uma viatura novinha, limpinha, com um policial bem feliz, alegre. E na propaganda, um comerciante no Triângulo dizia que depois que fizeram esse programa estava muito feliz e seguro. Bacana esse choque de gestão. O Estado de Minas Gerais tem 11.265 viaturas da Polícia Militar, das quais 4.560 estão quebradas, quase a metade. Cidadão, quando você ligar para o 190 e chamar a polícia, ela não vai porque a viatura está quebrada. Porque no choque maravilhoso de gestão do déficit zero não tinha dinheiro para manutenção, não tinha dinheiro para trocar óleo, pneu, retrovisor quebrado. E às vezes a viatura da PM para um cidadão na *blitz* e apreende o carro porque está com o pneu careca. Ah, se esse cidadão visse a qualidade dos pneus de algumas viaturas dos nossos destacamentos do interior, que revolta seria. Mas é o Estado, o Estado pode tudo.

Vamos falar um pouco mais desse mundo maravilhoso na área da segurança pública. O Estado de Minas Gerais no governo anterior está devendo até hoje aos servidores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros um recurso que recebem quando formam. O militar está em Minas Gerais e é transferido para Teófilo Otôni e recebe uma ajuda de custo, mas tem um ano de atraso. Um ano de atraso! Esse paraíso é onde? Não é em Minas Gerais. As urnas mostraram a verdade.

Querem mais um pouquinho? Vou dar mais um dado da própria Polícia Militar. Tínhamos um programa chamado Pró-Morar, para tirar os policiais da zona de ameaça. Não era dinheiro dado, era dinheiro do servidor, e o governo do PSDB de 1996 foi até o nosso instituto e vapt!, pegou 1 bilhão de reais e levou para o caixa único. O governador Aécio disse que iria devolver o dinheiro, sob a forma de financiamento. Eles nos emprestavam nosso próprio dinheiro. Que bacana isso. Passaram a fazer um programa de financiamento onde me emprestam o meu próprio dinheiro. Já era perdido mesmo, então aceitamos.



O nome desse financiamento era Pró-Morar. O cidadão era sorteado, o crédito era aprovado e ele podia comprar a casa. O cidadão comprava a casa, às vezes dava o carro de entrada, fazia outro empréstimo. Sabem quanto tempo o dinheiro está atrasado? Um ano e meio. O servidor, deputado Rogério Correia, comprava a casa, e na confiança por ser um programa do governo do Estado, da Polícia Militar, que dizia ao cidadão que iria lhe dar posse do imóvel para se mudar imediatamente, o proprietário dava a chave, mas não recebia nunca. Um ano e meio.

Esse choque de gestão deve ser na lua, porque aqui não está funcionando. Na segurança pública, a propaganda na televisão era muito bonita. Eu queria morar naquela Minas Gerais onde não tinha assalto, não tinha homicídio, não tinha problema nenhum.

Vamos falar da Polícia Civil. Vamos falar primeiro do Corpo de Bombeiros. Minas Gerais tem 853 municípios, dos quais em quase 800 não existe o Corpo de Bombeiros. O que quero dizer com isso? O governador falou isso na campanha, que se em Almenara um prédio pegar fogo, ou houver acidente com algum carro, o bombeiro deverá sair de Teófilo Ottoni. Em Caratinga, terra do nosso presidente, se houver um incêndio, o bombeiro sai de Governador Valadares ou Ipatinga. Oh, mas na propaganda do Estado era um paraíso, aparecia um bombeiro feliz, uma viatura novinha, que maravilha...

Eu queria morar ali, mas não moro; moro na Minas Gerais de verdade. Lá, o Estado, com seu maravilhoso choque de gestão, não manda dinheiro para a compra de papel higiênico para o destacamento da Polícia Militar. Os policiais têm de pedir à prefeitura porque o dinheiro não chega até lá. A pergunta que faço, deputado Rogério Correia, é qual é a verdade. É esse o Estado maravilhoso, que era vitrine para o mundo e para o Brasil? Vejam se o rombo que se fez nessa área é vitrine para alguma coisa!

Mas quero mostrar dados da Polícia Civil, que está em situação ainda pior: ela foi abandonada, sucateada, jogada às traças nesse governo maravilhoso. A Polícia Civil foi posta no lugar de subpolícia, de subespécie de segurança pública. Dirigindo-me a você que foi assaltado ou vítima de uma tentativa de homicídio, certamente a Polícia Civil não vai prender quem atirou em você. Sabe por que, deputado Durval Ângelo? Há 120 mil inquéritos abertos. Se V. Exa. for vítima de qualquer crime, saiba que ele não será elucidado, porque jogaram a nossa Polícia Civil na lata do lixo. São 120 mil inquéritos abertos, e não há tempo para apurar...

Querem um número ainda pior? Temos um déficit de mais de 5 mil... Gente, mas a propaganda do governo mostrava um cara com um colete da Polícia Civil sorrindo. Duvido que aquele moço seja policial civil. Só pode ser um artista. Não é um policial civil. Quem for na delegacia de Coluna verá que não tem sequer uma portinha. A estrutura da Polícia Civil não é aquela bonita que aparecia na televisão, deputado Durval Ângelo. Essa é a Minas Gerais da realidade. Então, caiu a ficha do cidadão mineiro, que começou a ver que a historinha linda e bonita que aparecia na televisão era diferente quando ele de fato precisava do Estado. Ai, meu irmão e minha irmã, o eleitor deu o troco, o povo de Minas Gerais deu o troco bem dado nas urnas. Sabem qual foi o recado que o povo de Minas Gerais deu nas urnas? O recado foi simples, para dizer "eu não moro na propaganda eleitoral, no paraíso que o governo pinta na televisão; eu moro no Estado de Minas Gerais de verdade, e no Estado de Minas Gerais de verdade essa administração é um caos, uma lástima, uma vergonha".

O deputado Léo Portela (em aparte)* - Obrigado, deputado Cabo Júlio. Sua voz traz para este Plenário o grito de dor e de indignação não apenas do cidadão mineiro, mas também de todos os que militam na segurança pública: o policial militar, o policial civil e o bombeiro.

Mas quero trazer à baila também a realidade de uma categoria que sofreu nos últimos 12 anos com o descaso do governo do Estado: as guardas municipais, compostas de trabalhadores que se doam para a sociedade e pela segurança pública com denodo e abnegação. Agora, no início do governo Fernando Pimentel, o secretário Bernardo Santana já se colocou à disposição das guardas municipais para sua inserção no Reds. Não é possível que um guarda municipal que efetua uma prisão não possa conduzir o meliante à delegacia por não poder registrar um BO porque o Reds não está à sua disposição, porque sua atuação não está inscrita no Reds. Então, quando efetua uma prisão, ele precisa chamar uma viatura da Polícia Militar, e é o policial militar que encaminha aquele homem à delegacia. Vemos aí também um gasto excessivo do Estado, algo que vai contra o princípio da economicidade.

Então, deputado Cabo Júlio, é importante reiterar a boa vontade do governo atual com as guardas municipais e com a inserção das guardas municipais no Registro de Eventos de Defesa Social, um clamor antigo da categoria, o que traz dignidade para a sua atuação e vai exatamente na toada da Lei nº 13.022, que normatizou, regulamentou e trouxe a atuação das guardas municipais de forma bem delimitada. E vimos aí a necessidade de inserção no Reds. O governo Fernando Pimentel já se coloca como um aliado das guardas municipais, como o governo anterior, em 12 anos, não foi.

O deputado João Alberto (em aparte) - Eu quero, rapidamente, deputado Cabo Júlio, saudá-lo e cumprimentá-lo pelo brilhante discurso. V. Exa., infelizmente, foi uma das vítimas do governo do PSDB em 1997, mas, com altivez e coragem, conseguiu defender, com bravura, uma classe tão importante para o nosso estado, que é a Polícia Militar.

Ouvi um parlamentar dizer aqui que o governo do PMDB foi um governo desastroso, o governo do ex-presidente Itamar Franco. Disse que o governo pagava o funcionalismo em escala. Ele só se esqueceu de dizer que essa inovação não foi do governo Itamar Franco, mas que esta foi do governo anterior. Mas também não quis dizer aqui como nós encontramos a situação, que era caótica, que parece se repetir em Minas Gerais, dos governos e da herança do PSDB em Minas Gerais. O governador Itamar Franco recebeu o Estado em que não se pagava nem o 13º salário.

O deputado Cabo Júlio* - Trinta e seis vezes.

O deputado João Alberto (em aparte) - O governador Itamar Franco recebeu o Estado com a repactuação da dívida do Estado com a União feita, para que ele pagasse, e não o governador anterior. O governo do presidente Itamar Franco, que defendeu, e muito, a Polícia Militar no Estado de Minas Gerais fez crescer 2,2% ao ano o seu PIB. Da mesma forma cresceu o PIB em nível nacional.

Quero deixar claro aqui, deputado, que os números não são esses que tentam esconder, passados os anos da história. Minas Gerais teve um governador honrado, sério, que foi o presidente Itamar Franco, e que, sobretudo, soube respeitar a administração pública como ninguém. Muito obrigado pelo aparte.

O deputado Cabo Júlio* - Obrigado, presidente.

* - Sem revisão do orador.

**24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 8/4/2015**

O deputado Emidinho Madeira* - Quero cumprimentar todos os colegas e companheiros e fazer um agradecimento aos colegas Nozinho, Antônio Carlos Arantes e Cássio Soares pela visita feita à Femagri, feira de cafeicultura em Guaxupé, no mês passado. Foi um fortalecimento muito bom para a cafeicultura. Por lá passaram 30 mil produtores, e houve um faturamento de mais de R\$120.000.000,00. Então, agradeço à comissão e a todos os colegas que participaram conosco da Femagri.

Quero convidar a todos os colegas deputados para participarem de uma audiência pública que ocorrerá no dia 30 de abril, às 13 horas, na Câmara Municipal de Nova Resende, para a criação de um consórcio e o fortalecimento da cafeicultura.

O café é muito importante para nós, já foi a alavanca do Estado. Muitos municípios não vivem sem o café, dependem 100% dele. Produzimos em nosso estado 23 milhões de sacas, sendo 12 milhões no Sul e no Sudoeste.

Então, criaremos um consórcio para fortalecimento da cafeicultura porque nos últimos anos estamos vivendo só de boato. As pesquisas estão perdendo credibilidade, e precisamos criar um consórcio, um conselho para acompanhar essas pesquisas mais de perto. O produtor, o cafeicultor sabe plantar, sabe formar lavoura, sabe fazer com qualidade, mas, na hora que mandamos o nosso caminhão para fora da propriedade, aí já não sabemos quase que mais nada. Às vezes o governo até quer ajudar. Não sei se sou eu que não tenho tempo ou o que acontece, porque a vida inteira sou produtor rural levando rasteira e precisando de informação.

Ano passado houve a Copa do Mundo aqui no Brasil. Precisávamos muito ter mostrado o café do País nesse evento, mas não conseguimos. Por isso estamos querendo criar um consórcio e contratar uma agência para desenvolver o *marketing* do café. As Olimpíadas vêm aí no próximo ano, talvez o mundo inteiro vá estar voltado para o nosso Brasil. Precisamos mostrar o café para o mundo.

Portanto, queria convidar todos os colegas e os parceiros da nossa região da cafeicultura para participarem dessa audiência pública a fim de construirmos juntos esse consórcio. Os partidos e os deputados, estando juntos, poderemos representar a nossa classe. Muito obrigado.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* - Gostaria de agradecer e parabenizar o deputado Emidinho Madeira por seu pronunciamento mostrando sua atuação em defesa não só da sua região, como também de todo o Estado. Também quero trazer uma informação importante.

Lamentavelmente, hoje todos sabem que a Aneel autorizou mais um aumento na conta de luz. Esperava-se cerca de 17% de aumento, e foram 5,93% a mais, muito abusivo, em virtude de aumento anterior que houve recentemente. Todos sabem que a energia elétrica é serviço essencial à população; porém, a população não pode pagar e ser sacrificada pela crise e por todas as justificativas que estão sendo alegadas. Por ser um serviço essencial, não pode cair no bolso da população esse prejuízo, esse sacrifício.

Gostaria de informar que o deputado federal Weliton Prado, citado aqui algumas vezes, aliás, sendo questionado em relação a sua atuação, foi novamente o único entre todos os deputados estaduais e federais que esteve presente na audiência pública lá na Aneel, como ele faz todos os anos, questionando os reajustes tarifários abusivos. Todos os anos, ele comparece à audiência pública e este ano novamente foi o único deputado que estava lá presente fazendo a defesa de todos os consumidores de Minas Gerais. Aliás, de novo não compareceu nenhum representante - como não comparece em nenhum ano - do Conselho de Consumidores da Cemig.

Então, gostaria só de ratificar aqui que o deputado Weliton Prado, além de ter comparecido à audiência pública na Aneel que tratou do último reajuste, fazendo a defesa, desmascarando ali todos os números apresentados, que solicitavam um reajuste abusivo, também solicitou investigação junto ao Tribunal de Contas da União e realizou audiência pública também junto à Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal, apresentando todas as justificativas, até mostrando que não se justifica mais um aumento abusivo na conta de luz, que causa impacto em todos os custos de produção, no valor de mercadorias e serviços.

Aqui a Cemig teve um lucro de mais de R\$4.000.000.000,00 em 2012 e R\$3.100.000.000,00 em 2013 e 2014, estando em boas condições econômicas financeiras, o que não justifica o aumento.

E, mesmo que a Aneel tenha autorizado, ainda temos esperança. O deputado fez um pedido ao governador do Estado de Minas, se não for obrigado a acatar esse aumento. Alguns ficaram 12 anos aumentando sucessivamente a conta de luz e nunca fizeram absolutamente nada. Nunca abandonamos essa luta. O deputado Weliton Prado nunca abandonou essa luta porque é uma questão independente das disputas ideológicas, partidárias; é uma questão de humanidade, de interesse público. Essa é uma causa humanitária. Lutamos durante esses 12 anos, este ano a mesma coisa, e ano que vem será a mesma coisa, porque é um compromisso que temos com os consumidores. Já está agendada uma audiência pública que realizaremos nesta Casa. Independentemente de qual seja o governo, temos um compromisso com a população, com a sociedade, com os consumidores, que estão sofrendo com mais um aumento abusivo.

Quero deixar minha crítica também à Aneel, que é a agência reguladora. É uma agência que deve ter independência e autonomia para defender o interesse público. As agências reguladoras não são do governo, são do Estado. Por isso é que defendemos, em Brasília, a votação do marco regulatório, para poder realmente regulamentar o funcionamento de todas as agências reguladoras, que têm de atuar em defesa da população que precisa, a parte mais fraca nessa relação de consumo, nesse caso, os consumidores de energia elétrica de todo o Brasil.

Aliás, deputado Emidinho Madeira, fui membro da CPI que investigou as tarifas de energia elétrica em Brasília. Houve uma cobrança de mais de R\$7.000.000.000,00 indevidamente. Encaminhamos todo o relatório ao Ministério Público Federal, ao Ministério de Minas e Energia, à Polícia Federal, ao Tribunal de Contas da União, para que se faça a devolução desse dinheiro cobrado a mais, porque houve um erro na metodologia do cálculo tarifário durante um período de nove anos.

Isso é um absurdo, um abuso, não podemos aceitar.



Não abandonamos essa luta. O deputado Weliton Prado compareceu nesta semana, e foi o único, não só fazendo discurso, mas também apresentando documentações, representações. Atuou lá de fato, objetivamente, em defesa de todos os consumidores. Foi o único que compareceu à audiência pública realizada para tratar do último reajuste tarifário.

Obrigado, deputado Emidinho Madeira.

O deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Primeiro parabenizo V. Exa. pela preocupação que o leva à tribuna, em relação àquele que já foi o nosso principal produto de exportação, valorizado no mundo inteiro e que há muito tem perdido espaço, principalmente para a Colômbia. Hoje o café prestigiado nos Estados Unidos é o colombiano, enquanto o Brasil já foi o detentor do primeiro lugar em qualidade e volume de exportação. Há eventos acontecendo, que têm colocado o Brasil na vitrine do mundo, como V. Exa. bem disse. A Copa do Mundo recentemente, a Copa das Confederações e agora as Olimpíadas são excelentes vitrines para que nossos produtos sejam apresentados ao mundo. Não haver, dentro da programação e da organização, um espaço reservado a mostrar o que temos, principalmente o café, acho que é uma falha muito grande. V. Exa. pode contar com o apoio do PMDB para encamparmos essa luta juntos e colocarmos especialmente o nosso café, o café produzido em Minas Gerais, no cenário mundial.

Acrescentando, deputados Rogério Correia e Emidinho Madeira, eu queria fazer duas observações. Esses dias tenho ouvido muitas discussões internas, e até tenho procurado não fazer o contraditório nem a réplica. Mas precisamos guardar informações ao longo do tempo, e também fazer uma volta ao passado de vez em quando.

Lembro-me do ex-governador Aécio, em 2003, quando assumiu o governo, e reuniu um grupo de lideranças da cidade no Palácio das Mangabeiras, porque estava muito preocupado porque o déficit, à época, era de R\$2.400.000.000,00, isso estava tirando seu sono. Então ele pediu a participação de lideranças, inclusive lideranças evangélicas da cidade, entre estas lá estava eu na reunião. Doze anos depois, esse déficit triplicou, ou seja, o resultado que se apresenta agora é exatamente o triplo, passou de R\$2.400.000.000,00 para R\$7.200.000.000,00. É uma questão que precisa ser exposta porque, na verdade, estão sendo feitos alguns discursos vendendo uma saúde do governo que passou que, na realidade, não existe.

É importante também ressaltar que o governo passado teve 11 anos para descobrir que “extinguir” algumas secretarias economizaria R\$1.000.000.000,00 por ano. Mas ele só descobriu isso às vésperas de um ano eleitoral. Então, é muita conveniência. Na verdade, não aconteceu a extinção de secretarias, e sim a fusão. O que fica - e agora creio que o governo Pimentel vai poder nos dar a resposta - é o seguinte: de fato, houve uma fusão, e não uma extinção, porque juntaram as secretarias, as estruturas foram mantidas. Levaram 11 anos para descobrir que se poderia fazer uma economia de R\$1.000.000.000,00 extinguindo quatro, cinco, seis, secretarias, no final de um processo, ou seja, para completar 12 anos de governo.

Primeiro, vimos claramente que essa ação foi eleitoreira; segundo, se ela, de fato, pudesse produzir essa economia e tivesse sido feita no primeiro ano do governo, em 2003, quando anunciado o choque de gestão - que vemos, agora, que eletrocutou a nossa economia, eletrocutou a situação financeira do Estado, o choque foi tão forte que eletrocutou -, então, deputado Emidinho, teríamos, ao final de 12 anos, R\$12.000.000.000,00, ou seja, em vez de um déficit de R\$7.400.000.000,000, teríamos, agora, R\$5.000.000.000,00 na caixa do governo. Era essa a questão que queria expor.

Agradeço ao colega o aparte.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Gostaria apenas de parabenizar o deputado Emidinho e dizer que vamos precisar muito da sua experiência como pequeno produtor, trabalhador rural. O Emidinho tem uma experiência muito importante nesse ramo, que já me relatou diversas vezes.

Acho, Emidinho, que a criação da Secretaria de Agricultura Familiar vai ser muito útil para socorrer os lavradores, camponeses e pequenos proprietários de terra. Então vamos precisar muito da sua experiência. Portanto, quando V. Exa. aborda novamente esse assunto, ficamos aliviados em tê-lo ao nosso lado e jogando no nosso time. É um prazer.

O deputado Emidinho Madeira* - Rogério, queria parabenizar a Femagri e a Cooxupé. Quando convidei os deputados aqui para ir à feira, foram quatro: eu, Antônio Carlos, Cássio e o Nozinho. O Nozinho foi à nossa região e viu a grandeza que é e a importância do café. Em três dias a feira vendeu R\$120.000.000,00. Não havia carros, nada que não fosse ligado à cafeicultura. Geramos 10 milhões de empregos diretos e 40 milhões indiretos.

Geramos muitos empregos. Muitas indústrias estão de pé graças aos cafeicultores. Quando o café vai mal na nossa região, tudo vai mal, até o borracheiro. Quando vai bem, até o semblante do povo é melhor. Moro em uma cidade que tem 16 mil habitantes, e produzimos 440 mil sacas de café por ano. Quem produz? Quatro mil produtores rurais. Ninguém é grande, cada um produz 200, 300 sacas. Então o café é muito importante para o Estado e para o País.

No ano passado, a Conab soltou uma pesquisa de R\$54.000.000,00, e não deu; deu R\$45.000.000,00, e levamos um prejuízo muito grande.

Queria criar esse consórcio para acompanhar de perto a Conab, não para fazermos pesquisa, mas para saberem que há alguém acompanhando.

O *marketing* do café... Há 40 anos escreveram nas sacas “Café do Brasil”, mas nunca mais investiram no café do Brasil. Então, precisamos divulgá-lo. Quando você vai a Portugal, do aeroporto até Lisboa, você só vê placa e *banner* do café da Colômbia. Então, se sabemos produzir café, devemos criar um consórcio, um conselho para representar e buscar recursos nos dois governos.

Estive com o secretário João Cruz, e foi o melhor momento que vivi nestes 60 dias que estou nesta Casa, porque vi que ele quer ajudar e contribuir. Quero ser parceiro do governo para fortalecer a classe. Não quero criar nem construir sozinho. Se o governo contribuísse, eu apoiaria todos, porque a nossa classe precisa muito de apoio e reconhecimento por tudo que faz. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, caríssimo presidente Dr. Hely, caríssimos parlamentares, colegas, TV Assembleia e todos aqueles que nos dão o imenso prazer de participar de mais esta reunião desta semana. Quero dar as boas-vindas a todos os prefeitos e vereadores que se encontram, neste momento, sob a batuta do nosso presidente Adalclever Lopes, discutindo o Parlamento Jovem. São presidentes de câmaras municipais de todo o Estado, que, com certeza, vêm aqui buscar ensinamentos, novas



orientações do nosso Legislativo para sua competente aplicabilidade. Realmente, tem sido um legado muito forte. Hoje a Escola do Legislativo tem proporcionado às câmaras municipais uma transparência muito efetiva, uma preparação do Legislativo, dos nossos vereadores, testemunhando a qualidade da política de uma forma vigorosa e muito respeitosa. Então, quero parabenizar todos aqueles que se encontram no Parlamento, neste momento.

Aproveitando o gancho das palavras do deputado Elismar Prado quando falou a respeito da energia, quero, mais uma vez, caríssimo presidente, pedir a V. Exa. que marque a nossa audiência pública requerida. Sou o primeiro signatário para a audiência pública da comissão de V. Exa., e pedimos isso, desde o início do mês passado, para discutir e tratar o assunto, de forma clara, ampla e correta, com a Cemig, a Aneel e todos aqueles que possam trazer qualificações. Por meio da comissão de V. Exa., com certeza, poderemos demonstrar a todos os consumidores esses aumentos abusivos que estamos sofrendo, chegando a quase 40%, hoje mais 6%, na conta de luz de sua residência ou de seu estabelecimento comercial, o que for necessário. Então, novamente, quero manifestar essa preocupação que tivemos desde o primeiro momento.

Como vejo vários membros da Comissão de Saúde aqui, mais uma vez, quero agradecer muito, na pessoa do Doutor Wilson Batista, por terem recebido e deferido o nosso requerimento para tratarmos das questões da saúde do Sul de Minas. Teremos uma grande audiência pública na cidade de Pouso Alegre, na câmara municipal, com a presença de representantes de todos os municípios, todas as câmaras, todas as santas casas, hospitais e secretários de Saúde, para discutirmos as gestões tão importantes que a nossa saúde está vivendo nesses últimos tempos.

Esta, com certeza, Doutor Wilson, será a primeira vez que a Comissão da Saúde vai se deslocar para o nosso Sul de Minas. Vejo desde já a ansiedade de toda a população para apresentar sugestões para termos, com certeza, relativamente à saúde, às santas casas e aos municípios, os projetos a serem desenvolvidos para este ano, durante este governo.

Outro tema que quero trazer a todos é que há muito tempo - desde que estou aqui - participo ativamente das discussões da indústria e do comércio. Fui, com muita honra, presidente da Comissão de Indústria e Comércio desta Assembleia. Instalamos a Frente Parlamentar da Indústria Mineira e já pedimos sua reativação ao nosso presidente Adalclever, para cuidar de uma temática que muito tem preocupado os empresários de Minas Gerais.

O primeiro momento em que o empresário manifesta interesse de instalar sua indústria junto ao governo do Estado chama-se protocolo de intenção. Protocolo de intenção nada mais é que um contrato de intenções que a empresa oferece a Minas e, em contrapartida, o que Minas poderá oferecer à empresa através de diferimentos de ICMS, da participação de empréstimos junto ao BDMG, da parte de logística, da parte de estrutura e de orientações técnicas às empresas que estão sendo instaladas.

No meu Sul de Minas ocorre uma verdadeira bênção, de tantas indústrias que estão sendo instaladas, como, por exemplo, em Extrema, em Santa Rita do Sapucaí, em Pouso Alegre, em Ouro Fino e em tantas outras cidades. Fomos surpreendidos pela portaria editada no dia 9/2/2015, pelo secretário de Fazenda, que suspende os efeitos do protocolo de intenção de cada indústria que apresente interesse de se instalar em Minas Gerais. Os protocolos estão sendo analisados separadamente pela própria secretaria e todos os seus efeitos estão suspensos. Isso traz, com certeza, aos empresários falta de segurança jurídica, porque nem eles mesmos sabem o critério a ser adotado.

Estive junto de vários empresários e da secretaria para tomar ciência da questão, para termos certeza da validade jurídica do protocolo e principalmente do seu cancelamento ou não. Ainda não temos os critérios da secretaria. Mais de 1.800 protocolos de intenção serão analisados. Hoje isso nos causa realmente uma preocupação muito grande, porque são muitas as empresas geradoras de emprego e renda, não somente no Sul de Minas, mas em todo o Estado. Elas estão aguardando decisão da própria secretaria. Com certeza essa análise está sendo feita por região. Já me manifestei junto à Comissão de Indústria e Comércio convidando nosso secretário a estar aqui. Temos contado com a participação da Fiemg para saber a posição do governo.

Quero neste momento, aliás, pedir ao governo do Estado e à Secretaria de Fazenda que procurem saber, com a possível brevidade, se todas as empresas se encontram com o protocolo de intenção devidamente publicado, devidamente oficializado. Quero saber também se o acordo entre as partes está firmado e acabado, para que seja liberado, tornando sem efeito sua suspensão.

Sabemos de uma determinação do governo que suspende os efeitos de um documento cabal e que dá condições de se instalar uma indústria. Isso traz muita preocupação, principalmente para os empresários.

Outro assunto que quero trazer também a este Plenário é que já apresentamos à Comissão de Constituição e Justiça, cujo presidente é o deputado Leonídio Bouças, um requerimento para a realização de uma audiência pública, a fim de tratarmos da reforma política, de uma forma ampla, genérica. E sabemos o papel importante que tem hoje a CNBB, por meio de seu presidente D. Raymundo Damasceno, que tem percorrido todas as assembleias do Brasil, manifestando o posicionamento da Igreja, que procura fazer uma reforma ampla, com transparência. Com ele está também a própria Ordem dos Advogados do Brasil. É muito importante trazermos aqui para o Parlamento, como já está acontecendo em outros estados, a participação efetiva da CNBB, da Ordem dos Advogados do Brasil, particularmente em Minas Gerais.

Quero manifestar também a minha preocupação muito grande com referência à nossa Rodovia MG-290, que liga Pouso Alegre a Ouro Fino. Ela foi interditada no ano passado várias vezes. Acompanhamos, em 2014, o edital para a elaboração do projeto técnico. Há a necessidade da terceira faixa, seriam até obras emergenciais, pois já houve lá inúmeros acidentes. É uma rodovia perigosíssima, com o tráfego de 7 a 8 mil veículos por dia. Já fomos ao DER, já oficiamos ao governador do Estado, ao secretário de Obras, e quero pedir agora, em nome de todo o nosso Sul de Minas, que seja dada uma atenção especialíssima a esse trecho, um dos mais importantes que temos, ligando o Sul de Minas ao Leste paulista; ele recebe o tráfego de caminhões de toda região e de todo Estado. Temos perdido muitas vidas lá. Há pouco tempo, mais de 3 mil pessoas paralisaram essa rodovia.

Então, é um momento importante, pois os recursos do orçamento já estão liberados. Gostaria muito de pedir prioridade absoluta, entre tantas obras que temos a fazer, para a MG-290, que é uma das mais importantes para atender a demanda da nossa região.

São essas as nossas considerações. Quero ouvir o deputado Doutor Wilson Batista e o deputado Elismar Prado.



O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Meu caro colega, deputado Dalmo Ribeiro Silva, muito obrigado pelo aparte. O senhor falou sobre as questões de saúde, e queria lembrar aqui que hoje é o Dia Mundial de Combate ao Câncer, doença temível com que o mundo todo ainda convive. Infelizmente, a cada dia mais, sua incidência aumenta não só no Brasil mas também em todo o mundo: são mais de 12 milhões de casos novos a cada ano. E, das 12 milhões de pessoas que são acometidas por essa doença, ainda morrem 8 milhões a cada ano. Então, a incidência e a mortalidade são altíssimas.

O mundo inteiro, cientificamente, já concorda que não há uma forma de se eliminar o câncer da humanidade; essa doença permanecerá durante toda a existência do ser humano. Infelizmente não impediremos sua existência, mas temos que lutar para que menos pessoas morram, e a única forma é o diagnóstico inicial, ou seja, é preciso descobrir a doença em seu início. O nosso papel é criar ferramentas, a partir de políticas públicas, para que esse combate ao câncer seja realmente efetivo.

Com isso, criamos a lei de prevenção do câncer através de unidades móveis. Quando Antônio Jorge era secretário de Saúde, ajudou muito a implantar esse programa em Minas Gerais. Torcemos para que o novo governo dê continuidade a esse belíssimo trabalho de prevenção, que traz resultados a curto prazo. Milhares de pessoas que às vezes não fariam o exame agora o fazem, conseguem diagnosticar a doença e ser curadas no início em razão da presença dessas unidades móveis.

Agradeço o aparte, deputado Dalmo. É essa a nossa contribuição.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* - Serei rápido, deputado Dalmo. Parabéns V. Exa. pelo pronunciamento e por suas diversas iniciativas. Informo-lhe que, quanto ao seu pedido de audiência pública na nossa comissão, a Comissão de Defesa do Consumidor aprovou prontamente, em caráter de urgência, como o assunto merece, a solicitação de V. Exa. Temos outros dois requerimentos, sendo um de minha autoria e outro do deputado Sargento Rodrigues. Portanto, como há três requerimentos de assuntos semelhantes, proporemos uma única discussão. A minha assessoria já está fazendo contato com a assessoria de V. Exa., para fazermos a discussão sobre as tarifas de energia elétrica o mais rápido possível.

Para V. Exa. ter ideia, a maior parte dos aumentos injustificáveis de energia autorizados este ano não tem absolutamente nada a ver com a crise hídrica nem com o racionamento nas térmicas. Na verdade, tem a ver com programas sociais e amortização de contratos, sem transparência alguma. Eles deveriam ter sido bancados pelo Tesouro Nacional, como diz a MP nº 579, que foi aprovada. Então, não existe essa balela de crise hídrica, de forma alguma. Isso não pode ser usado como justificativa para jogar no bolso do consumidor esse aumento abusivo e injustificado. Obrigado.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Agradeço e cumprimento o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Usarei o tempo apenas para referendar o grande trabalho que o deputado Dalmo tem feito, orgulho para todos nós, do PSDB. A sua conduta nesta Casa, a sua postura e a sua grande história pelo PSDB e pelo Sul de Minas merecem destaque. O deputado João Leite me concederá aparte. Fica registrada a sua gentileza com este parlamentar. Muito obrigado.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva - V. Exa. me desculpe. Para encerrar, caríssimo presidente, agradeço a participação de todos. Com certeza teremos um grande momento em Pouso Alegre, com a presença da Comissão de Saúde na nossa região. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* - Sr. Presidente, meu querido amigo deputado Hely Tarquínio, Srs. Deputados, os deputados João Vítor Xavier, Bonifácio Mourão e Felipão Attiê aguardam aparte, que concederei com muito prazer. Sr. Presidente, quero que conste nos anais da Assembleia Legislativa, na íntegra, o editorial do jornal *O Tempo* de hoje. A seção de cartas desse jornal ficou abarrotada, segundo o editorial, líder Mourão. A população de Minas Gerais está indignada com o governo que está parado há 100 dias. Pessoas escreveram ao jornal dizendo que tinham outra expectativa em relação ao PT: que o Fernando de Dilma trabalharia. Ele está escondido em algum lugar? Não é encontrado no Palácio das Mangabeiras, que está sendo reformado, instalando ar-condicionado - já que isso foi exigido. Ninguém sabe onde ele se encontra. O seu porta-voz sempre é o atrapalhado secretário de Planejamento. Não sei se ele é atrapalhado ou trapalhão. É médico? Não pode. Tem de fazer um bom diagnóstico.

Agradeço à nossa assessoria, ao Prof. Sabino, à Luísa, ao Pedro Chagas, ao Caixeta, que estão analisando os documentos que o atrapalhado do secretário de Planejamento apresentou ontem. É muita trapalhada. Se tem algo que acompanhamos neste estado, deputado João Vítor Xavier, foi a implementação da integração da defesa social.

Fui, pessoalmente, às 18 Regiões Integradas de Segurança Pública. Vi como o governador Aécio, hoje senador, implantou a integração da segurança pública no Estado de Minas Gerais. Era algo pelo que lutávamos. Em tom de brincadeira, eu disse: por que não se colocou o Durval Ângelo na Defesa Social? Ele conhece essa história, a luta de tirar preso das mãos da Polícia Civil. Quando o governo entrou havia 15 mil vagas, e hoje temos mais de 50 mil.

Mas o importante que queria expor, primeiramente, é a situação colocada pelo atrapalhado Helvécio Magalhães. Diz ele que, entre 2010 e 2013, o número de crimes considerados violentos passou de 50 mil para 80 mil, um aumento de 74%. Ele se esquece de que a análise que faz entra até no governo do PT e do PMDB, o governo anterior ao de Aécio Neves. Ele faz conta e acha que não íamos fazer também. O Sabino é bom de conta, ainda bem. A nossa chefia na nossa assessoria faz conta direitinho para nós. Não sou muito bom de conta, mas o povo que está conosco é. O Felipão também é. O atrapalhado do Helvécio Magalhães errou feio. Por exemplo, a utilização de números absolutos não é o indicador adequado. Ele errou na base mais importante. Imaginem, os números sempre são contabilizados por 100 mil habitantes. Eles desprezaram isso. Isso é histórico. É preciso comparar os dados de Minas Gerais com as outras unidades. Não pode ser do jeito que o atrapalhado fez.

Então, os dados são uma falácia do PT. É por isso que o Pimentel de Dilma falou rapidinho e passou a palavra para o atrapalhado Helvécio Magalhães, que, por sua vez, atrapalhou muito mais.

Aqui estão as taxas de homicídio. Ele pegou as de 1998 e jogou no bolo. Ele é um atrapalhado ou um trapalhão, professor Mourão? Vamos saber.

Fica clara a distinção entre períodos de governo. Não é possível fazer isso. As contas dele dão 77% de aumento. Depois ele fala que, no período, foram 52%. A verdade é que Minas Gerais manteve-se muito bem. Não se sustenta, portanto, a afirmação de que a política de segurança pública foi ineficiente no período. A reversão da curva de crescimento da taxa, no governo Aécio, foi certamente o fator



responsável pela situação comparativa do Estado. Qual é a situação do Estado, comparativamente com outros Estados? Minas Gerais está em 23º lugar na comparação correta, nos números. Não sei qual é o interesse do PT em mandar o atrapalhado trazer um número desses. É para apavorar a população, deixá-la apavorada? É por isso que defendi: para o Planejamento, Padre João já! Ele é menos confuso do que o atrapalhado Helvécio Magalhães. Não vamos dar conta dele, não.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* - Deputado João Leite, é um prazer muito grande apartear-lo. Queremos aproveitar que está aqui presente o deputado Rogério Correia, agora sem boné. Ele utilizou o boné da CUT para protestar contra a questão da terceirização. Gostaríamos que inúmeros bonés dessa cor e com o nome CUT estivessem lá no Congresso Nacional. Sabe para quê, deputado João Leite? Porque a Petrobras anda contratando a torto e a direito, terceirizando serviços. Aliás, alguns diretores da Petrobras têm dado bons exemplos para qualquer infrator.

O deputado João Leite* - Bem atrapalhados também.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* - Exatamente. Mas, com referência a essa questão, temos em mãos, agora, um acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, da 32ª Câmara Cível, em que é apelante o Sr. Renato Pereira da Cunha Souza e apelada a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Para não me alongar no aparte, vou ler uma pequena consideração dos desembargadores que dizem: "Afirma o autor apelante que o que se observa nos quadros da ré, Petrobras, ora apelada, é que a empresa burla a Constituição ao contratar terceirizados para o desempenho da mesma atividade, razão pela qual a expectativa de direito do candidato se convola em direito subjetivo, segundo orientação dos tribunais".

Faz outras considerações e diz: "Assiste integral razão ao apelante, diante do conjunto probatório trazido aos autos".

Com outras considerações, termina dizendo: "Diante do exposto, dou provimento ao recurso para julgar o pleito procedente, nos termos do art. 557, § 1º A do CPC, e determinar que a Petrobras proceda à convocação, nomeação e posse de Renato Pereira da Cunha Souza para o cargo de técnico de segurança júnior, no polo de Macaé".

Isso mostra que a Petrobras não pode ficar terceirizando a torto e a direito. Quando se censura a terceirização, ela tem de partir da própria Petrobras.

Aproveitando a situação, V. Exa. diz que não podemos acreditar nesses números oferecidos pelo governador Pimentel, do PT, atrevido porque números podem ser manobrados à vontade - não é, deputado João Leite? E eles estão sendo manobrados, não há dúvida sobre isso.

Demos nossa versão em uma entrevista coletiva ontem. Pedimos ao pessoal que nos assiste que, se não confiam nos números que oferecemos - confirmamos os números de acordo com os fatos e com a realidade -, naturalmente não confiem nos números do Pimentel, do PT.

Vamos nos basear nos fatos. Por exemplo, a Deborah Wetzel, diretora do Banco Mundial para o Brasil, fala que teve o maior orgulho de trabalhar com Aécio Neves e Anastasia, porque o que eles fizeram em Minas serve de referência para todos os estados brasileiros e vários países da América Latina, principalmente. Da mesma forma, fala Pedro Faria, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Ele rasga os mesmos elogios: o choque de gestão, o Estado para Resultados, o Estado para Cidadania. Todos os períodos vividos nos governos Aécio e Anastasia são louvados por grandes instituições internacionais.

Podemos lembrar também, deputado João Leite e deputados que estão nos ouvindo, que, quando Aécio Neves assumiu o governo, Minas tinha somente 13.000km de asfalto. Quando Anastasia deixou o governo, Minas já tinha mais de 20.000km de asfalto, incluindo ProAcesso e Caminhos de Minas. Praticamente dobrou o número de asfalto. No mesmo período, Minas Gerais ganhou o 1º lugar nas escolas públicas do ensino fundamental básico, nas olimpíadas de matemática, nas olimpíadas de português. Havia mais de 400 municípios mineiros sem telefone, mas foram colocados em todos, incluindo os distritos do Estado, quase todos. Na saúde, a expectativa de vida no Estado mudou, aumentou de 73 para 75 anos. E assim na segurança e em inúmeros outros casos. Esses são fatos, não são números. É por aí que se analisa uma administração ou administrações. É por aí, deputado João Leite, que nos orgulhamos de ter apoiado inteiramente os governos Aécio Neves, Antonio Augusto Anastasia e Alberto Pinto Coelho.

O deputado João Leite* - O mais querido Aécio Neves fez tanto pelo Estado de Minas Gerais. V. Exa. traz muito bem o reconhecimento internacional. Os números estão aí. Minas Gerais ainda pode buscar emprestado R\$10.000.000.000,00.

Líder Mourão e deputado João Vítor Xavier, estou preocupado porque um dos dados que Minas Gerais alcançou foi a Cemig entrar na Dow Jones. Haverá reunião agora, e o PT está tremendo. O PT começou tão mal na Cemig, que não sabemos qual será a decisão da Dow Jones, se ela permanecerá ou não na Dow Jones. Claro que estamos torcendo para essa empresa do povo de Minas Gerais. Torcemos pela Cemig, mas o PT tem de ajudar. Começa a colocar atrapalhados lá também. O tal de Helvécio Atrapalhado Magalhães está no conselho da Cemig. É bom mandar um recado para o pessoal da Cemig para que não ouça os conselhos dele. Muito obrigado. O deputado Bonifácio Mourão sempre traz essa contribuição. Deputado João Vítor Xavier, preciso ouvi-lo.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Sr. Presidente, deputado João Leite, primeiro gostaria de dizer que, no dia 1º de abril, estive aqui dizendo que aquele dia seria consagrado como o dia do governo Dilma, porque a presidente, àquela altura, tinha 39 ministérios oficiais e 1 extraoficial, que era o ministério da propaganda enganosa. E parece que esse ministério da propaganda enganosa já vai trazendo sucursais. O PT tem um hábito: ele mente tanto que, primeiro, passa a acreditar nas suas mentiras; depois, ele tenta convencer todos os outros a também acreditar em suas mentiras. Mas o tempo é senhor da razão. Durante muitos anos o PT tentou criar a ilusão de que a economia estava bem, tentou criar a ilusão no Brasil de que a gasolina e a energia estavam num preço justo, de que o trabalhador não teria seus direitos afetados. Agora *O Tempo* vem trazendo toda essa realidade à tona.

Deputado João Leite, não sou do tipo que pensa que quanto pior melhor. Torço para que o governo dê certo, porque, se isso acontecer, a vida do povo melhorará. Mas é difícil, porque vemos que quem foi eleito para governar não está com a preocupação de governar, está com a preocupação apenas de olhar para o passado. Governar é olhar para o futuro, é olhar para frente, é colocar em prática o que trouxe como plataforma de campanha, o que estruturou como ideia básica para a gestão de um estado, de sua gente, de seu povo.



Muito me assusta que, 100 dias após o início do governo, não tenham nenhum caminho de solução apontado, só tenham o dedo apontado para o passado e para um passado que reconhecidamente merece toda a gratidão e todo o respeito dos mineiros. A começar por um ponto básico: não precisamos ir ao Bird, como muito bem lembrou o nosso Bonifácio Mourão. Podemos ir ao BNDES, porque esse banco veio a Minas Gerais aprender a fazer o choque de gestão. O BNDES do governo federal, capitaneado pelo PT, esteve aqui para aprender como se faz. Fica a minha pergunta: eles vêm aqui, analisam, aprendem, tentam colocar em prática, e isso tudo foi ruim? Mas teremos tempo, durante os próximos dias e meses, para analisar e discutir o principal.

Minas Gerais não foi descoberta em 2002. O presidente Lula tinha esse hábito: “Nunca antes na história deste país”. Tudo o que acontecia de bom era mérito do Lula e do PT, tudo o que acontecia de ruim era culpa do passado. Aqui em Minas não permitiremos que isso aconteça, porque nos lembramos bem daquela época em que sua mãe, deputado João Leite, servidora pública do Estado, e minhas tias recebiam em 12 parcelas, recebiam na 13ª, 14ª chamada. O deputado Hely Tarquínio, que foi líder da oposição contra o governo Itamar Franco, lembrou: o Estado não pagava. Atrasava, enrolava, dava calote, dava o cano, era o Estado da moratória. Foi esse o Estado que Aécio Neves recebeu. Quem dera Aécio tivesse recebido do governo PT-PMDB um estado próximo ao que ele hoje entrega.

Não permitiremos que o ministério da propaganda enganosa, que tanto mentiu para o povo brasileiro, seja instalado em Minas Gerais.

Já encerro, deputado João Leite, primeiro agradecendo a V. Exa. a gentileza do aparte.

Quero dizer que estamos prontos para o debate, para mostrar comparativamente que Minas Gerais não foi descoberta em 2012, Minas Gerais não foi descoberta em 2002. O senador Aécio Neves, então governador, pegou o Estado quebrado, falido, moído por um governo desastroso do PT e do PMDB. Todos os indicadores econômicos e sociais do Estado hoje estão melhores do que em 2002, quando ele assumiu o governo do Estado. Muito obrigado, deputado João Leite.

O deputado João Leite* - Presidente, encerro meus 30 segundos fazendo uma convocação ao povo. Eu e minha família, no dia 12, estaremos nas ruas, na Praça da Liberdade indo em direção à Praça da Estação. Vamos ter a ala da elite branca, meus amigos da Vila União, os Sem Sintoma, o Furúnculo. Vão estar todos lá. Todos são da elite branca, não aguentam mais o PT e a Dilma. Vai estar também presente a elite da Lei nº 100, os 79 mil trabalhadores e trabalhadoras que o PT está colocando nas ruas. Essas alas irão desfilar da Praça da Liberdade até a Praça da Estação. Estou convocando todos da região metropolitana, onde já está marcada essa manifestação, para estarmos juntos na Praça da Liberdade. Domingo, às 10 horas, queremos estar lá para mostrar nossa indignação com esse governo que nos enganou, que entregou a Petrobras. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A deputada Geisa Teixeira* - Sr. Deputado, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, é com grande alegria que informo que ontem foi instaurada nesta Casa a Comissão Extraordinária das Mulheres. Entendemos que essa foi uma grande conquista da bancada feminina desta Casa, alcançada por meio da organização de mais de 32 instituições ligadas às questões da mulher e de sua representatividade. Por meio das reuniões, promovemos o primeiro ciclo de debates em que discutimos o que querem as mulheres de Minas e quais as propostas para que possamos estar inseridas nas instâncias de poder. No mês passado, em março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, no dia 13, tivemos a presença de mais de 400 mulheres nesta Casa. Foi um ciclo exitoso. O que pretendemos realmente é levar esse ciclo de debates para todos os cantos de nosso querido estado. Queremos que haja maior participação das mulheres.

Nós também estamos reivindicando que tenha assento à Mesa desta Casa uma mulher. Então, está aí a PEC nº 16, que já tramita, para ser apreciada pelos deputados. Queremos ter êxito nessa PEC, porque sabemos que desde a primeira legislatura desta Casa nunca tivemos a presença de uma mulher na Mesa. E, por meio da bancada feminina, das sete deputadas e da Comissão Extraordinária das Mulheres, queremos que haja pelo menos uma mulher compondo a Mesa. Então, esse será um grande avanço. Queremos que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais dê essa contribuição para que as mulheres possam ter cada vez mais voz e vez, uma vez que elas hoje representam 52% do nosso eleitorado. Sabemos da importância da mulher nas várias instâncias sociais, sabemos que o papel que ela exerce é fundamental na sociedade, assim como a sua participação. Muito obrigada.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Obrigado, deputada. Deputada Geisa, quero parabenizá-la e já falei sobre a importância da Comissão Extraordinária das Mulheres também para avançarmos na reforma política. Há dois pontos da reforma política importantes, um é a igualdade de gênero.

São vários pontos, mas eu diria dois prioritários. Um é a igualdade de gênero na política, pois é mais difícil para a mulher fazer política, que ainda é muito para macho, para homem, e as mulheres têm muito mais dificuldade. O segundo ponto é o problema do financiamento por empresas, que leva a Câmara Federal, como agora, a retirar direitos dos trabalhadores para agradar grandes empresários. Pegue a relação e veja como foi a campanha dos deputados federais que estão votando contra os direitos dos trabalhadores e pela terceirização. Você verá a presença das empresas nitidamente. Se olhar bem na testa de um desses deputados, verá o carimbo de uma empresa.

A reforma política tem pelo menos estes pontos fundamentais: igualdade de gênero e igualdade econômica na campanha, retirando das empresas essa questão que julgo um cancro na política brasileira. O financiamento de empresas também é responsável por corrupção. É impressionante que os deputados que mais tiveram recursos de empresas são os que mais querem manter. Há algo de errado nas emendas parlamentares, sempre se descobre corrupção ligada a financiamento de empresa. E o Gilmar Mendes, nosso ministro no STF, assentado em cima de uma petição, cujo resultado já está dado, por 6 a 1, contrário ao financiamento de empresas. Igualdade de gênero e fim do financiamento de empresas são fundamentais para evoluirmos no Brasil. Parabéns pela sua exposição.

A deputada Geisa Teixeira* - É verdade, deputado Rogério Correia, e obrigada pelo aparte. Gostaria de concluir dizendo que é muito importante que façamos o grande debate da reforma política, do financiamento público de campanha e do cumprimento das cotas; que os 30% destinados às mulheres sejam cumpridos de fato, e não fiquem no papel, onde as mulheres colocam os seus nomes,



mas na verdade não estão concorrendo nem participando das eleições. Queremos que esse debate se amplie e que a mulher participe cada vez mais da política. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/4/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Arnaldo Silva

exonerando Gianni Cunha Gomes Reis do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;
exonerando Leila Cristina Soares da Silva do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 4 horas;
exonerando Luís Antônio Gentil Pereira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;
exonerando Michelle Cristina Gundim Lemos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
exonerando Patrick de Paula e Silva Andrade do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;
nomeando Gianni Cunha Gomes Reis para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;
nomeando Leila Cristina Soares da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
nomeando Liliane Machado Costa Venâncio para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Liliane Rocha da Cruz Magalhães para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;
nomeando Luís Antônio Gentil Pereira para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
nomeando Patrick de Paula e Silva Andrade para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas.

Gabinete do Deputado Cássio Soares

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 10/4/2015, que exonerou Lucas Lino do cargo em comissão de recrutamento amplo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete da Deputada Celise Laviola

exonerando Claudia Cristina Pampolini Barbosa do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;
nomeando Claudia Cristina Pampolini Barbosa para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;
nomeando Denise Fraga Fonseca para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete da Deputada Geisa Teixeira

exonerando Sebastião Milanez de Paula do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

exonerando Regiane Erika Avelar do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado Nozinho

nomeando Alessandro Paulo Nascimento para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado Professor Neivaldo

nomeando Ademir Cesar Sampaio de Almeida para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;
nomeando Andrea Bonifacio Camilo Borges para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;
nomeando Antonio Cesar Sampaio de Almeida para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;
nomeando Dandara Tonamtzin Silva Castro para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
nomeando Denilson Ramos Diniz para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Ilton Alves da Silva Filho para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;
nomeando Letícia Leal Nazario e Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
nomeando Marcos Maciel Araujo para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
nomeando Marileide Aparecida Ferreira Calixto para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;
nomeando Maycon Dantas Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;
nomeando Nei Henrique Guedes para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;
nomeando Ney Vieira Machado para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
nomeando Rosana Gondim Resende Oliveira para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
nomeando Thiago Alves Leandro para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nº 5.154, de 30/12/1994 e da Deliberação da Mesa nº 2.384, de 19/12/2006, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Ana Maria Corrêa Conegundes do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;
nomeando Darklane Rodrigues Dias para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
nomeando Hélio Coelho Silva para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
exonerando, a partir de 13/4/2015, Vera Lucia Gonçalves Dias Moreira do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.



Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 10/4/2015, que nomeou Sugirley Tomas Pereira para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Lucas Dela Rodrigo Alves Pereira para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando Darklane Rodrigues Dias do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do quadro de pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Norma Márcia de Moraes do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Maria de Lourdes Ribeiro de Souza para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

nomeando Ana Maria Corrêa Conegundes para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

TERMO DE CONTRATO Nº 11/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Editora Revista dos Tribunais Ltda. Objeto: aquisição de assinatura da *Revista dos Tribunais Online*. Vigência: de 30/3/2015 a 30/3/2016. Licitação: inexigível. Dotação Orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 31/3/2015, na pág. 35, onde se lê:

“exonerando, a partir de 30/3/2015, Hélio Coelho Silva”, leia-se:

“exonerando, a partir de 15/4/2015, Hélio Coelho Silva”.